

ILMO. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO COPEL - SUCOP
MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA

Referente: **Processo Licitatório - Concorrência**
007-2022.

EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 15.137.680/0001-67, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso 1, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

Requer-se, desde já, caso ultrapassado o juízo de retratação, o recebimento das presentes razões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento a autoridade superior para a devida apreciação, requerendo sua total e completa procedência.

➤ DOS FATOS SUBJACENTES

O Edital nº 007/2022 delimitou como objeto da concorrência a escolha do menor preço, visando a "contratação de empresa capacitada, para a execução dos serviços de manutenção de quadras e campos no Município



de Salvador, Bahia, subdivididos em 03 (três) lotes de acordo com as exigências, especificações, e demais condições expressas no edital".

Ato contínuo, realizou o julgamento das propostas aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte dois, analisando se estas contemplavam valores exequíveis, por meio de operação matemática feita sobre todos os preços unitários das planilhas orçamentárias da licitação.

Nesta ocasião, concluiu como possivelmente inexecúvel a proposta apresentada pela empresa EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, ora recorrente, por suposta violação aos parâmetros contidos no art. 48, II, §1, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93, abrindo, com prazo de 02 (dois) dias, diligências, dando a oportunidade da licitante se manifestar ao quanto alegado, comprovando a exequibilidade de sua proposta.

Em resposta ao Município, a EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA **sustentou e demonstrou** a viabilidade financeira da proposta, **atestando que houve a plena execução de contrato com objeto idêntico, prestado ao próprio órgão administrativo, com a igualdade da respectiva planilha orçamentária.**

Todavia, para surpresa da Recorrente, mesmo diante dos fatos, a Comissão permanente de Licitação veio pela desclassificação da proposta desta recorrente, ante a ausência de demonstração concreta da exequibilidade dos valores ofertados, por documento capaz de atestar suas alegações.

É contra essa decisão que se insurge essa Recorrente, de sorte a demonstrar o desacerto da Comissão Licitante, ante a comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

➤ DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, salienta –se que nos termos do inciso I, “b” do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, cabe recurso administrativo no prazo de 05 (Cinco) dias da decisão que desclassificou a proposta da Recorrente.

Logo, tendo em vista que a Ata de Sessão e Julgamento da Proposta foi publicada no dia 07 de julho de 2022, patente a tempestividade deste Recurso Administrativo.

➤ **DA PROVA CRISTALINA DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRENTE – EXECUÇÃO DE CONTRATO ANTERIOR COM INTEGRALIDADE DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO - SUCOP/SEMPRE CT.020/2020 – ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS – PROCEDÊNCIA DO RECURSO.**

A desclassificação da proposta da Recorrente foi amparada numa suposta inexecuibilidade, tendo como parâmetro a média ponderada do Coeficiente Multiplicador “ k”.

Antes da desclassificação, em sede de diligência, fora demonstrando pela Recorrente, a plena possibilidade de execução do objeto licitado, demonstrando, para tanto, prova cabal: EXECUÇÃO DE CONTRATO ANTERIOR PARA O MESMO OBJETO PERANTE A PRÓPRIA MUNICIPALIDADE – contrato SUCOP/SEMPRE CT.020/2020.

Vale destaque da Decisão Desclassificatória, objeto deste recurso:



sentido foi encaminhado à Diretoria de Projetos e Convênios/DIPRO toda documentação para emissão de parecer técnico (doc. anexo). Dessa forma, foi constituída Comissão Especial Técnica, através da Portaria nº 37/2022, publicada no DOM nº 8.310, pág. 25, de 22/06/2022 (doc. anexo). Em 04/07/2022, para análise e Parecer Técnico, quanto a exequibilidade da Proposta de Preços apresentada pela licitante EBISA ENGENHARIA. Em 04/06/2022 foi recebido nesta COPEL Relatório Técnico (doc. anexo) emitido pela Comissão Especial Técnica com a seguinte conclusão: *"Considerando que, apesar da COPEL, em diligência, solicitar a comprovação da viabilidade dos valores ofertados, a EBISA não apresentou um único documento capaz de embasar suas alegações; Que, solicitada a comprovação da viabilidade dos valores ofertados, a EBISA não apresentou nenhuma documentação e/ou composição de preços unitários que demonstre que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado; Recomendar acatar a posição da Comissão de Licitação-COPEL no sentido de declarar a inexecuibilidade da proposta de preços da EBISA, já que no documento RESPOSTA apresentada as colocações são sempre apresentadas de forma genérica, sem nenhuma demonstração concreta e/ou comprovação, na forma solicitada pela COPEL."* Assim, analisando os fatos circunstanciados no referido Relatório a Comissão Permanente de Licitação decidiu por acompanhar o entendimento da Comissão Especial Técnica e: i) **DECLASSIFICAR** a proposta da licitante EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDUSTRIA E SANEAMENTO LTDA, nos lotes 01, 02 e 03, em razão da proposta está manifestamente inexecuível, violando o item 14.1.4.1, "a" do Edital. Base legal: art. 48, inciso II, §1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/93, e ii) **CLASSIFICAR** as demais propostas na seguinte ordem

Sobre este ponto Nobre Autoridade Administrativa, o Parecer técnico que deu base a decisão da Comissão, afastou a prova da exequibilidade da proposta com base na execução do contrato anterior de objeto idêntico, sob o fundamento de que, os preços que vigoraram a época da licitação são diferentes da atual conjuntura.

Tal raciocínio, não encontra qualquer amparo jurídico a legitimar a desclassificação da Licitante.

O contrato anterior, de objeto igual ao licitado, quando devidamente executado pela Licitante, ora recorrente, faz prova de que a mesma possui folego para executar o objeto, com os valores ali propostos, afastando, por conseguinte a alegação de inexecuibilidade.

Vale aclarar que, não há dúvidas que o preço da licitação em questão resta devidamente corrigido e difere do contrato anterior, em execução pela Recorrente. Contudo, esta constatação não afasta a exequibilidade da proposta, pois se naquela ocasião a empresa cumpriu sua proposta, demonstrando a exequibilidade, neste certame, com valor atualizado, não será diferente.

Não se pode deixar de lembrar que eventual desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, SENDO QUE CONSTATADA A CAPACIDADE DA RECORRENTE EM CUMPRIR A OFERTA, como no caso em apreço, já que vem devidamente cumprindo a execução de contrato igual, DEVE SUA PROPOSTA, SER ACEITA.

Bem-vindas são as lições de Marçal Filho:

Comporta uma ressalva prévia sobre a impossibilidade de eliminação de propostas vantajosas para o interesse sob tutela do Estado. A desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. Neste ponto, adotam-se posições distintas das anteriormente perfilhadas, o núcleo da concepção ora adotado reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e plena admissibilidade de propostas deficitárias.

De fato, cabe ao interessado a decisão acerca do mínimo que pode suportar, devendo a administração avaliar a viabilidade dos preços propostos, apenas como forma de assegurar a satisfação do interesse público.

Sob qualquer prisma, para a formação do seu preço, pode, sob elemento de gestão, a licitante lançar preço, inclusive, com redução de lucro para ganhar a licitação, mormente considerando trata-se de um objeto que já vem sendo executando junto ao mesmo Município - órgão licitante, com o qual é familiarizado, o que também funciona como um elemento de redução. Ainda que tal premissa não tenha sido aplicado na espécie, mas aqui pontuado, na demonstração de que poderia as licitantes se valerem dessa hipótese em

redução de custo. Vale frisar que a empresa ora recorrente, consegue ainda ter margem de lucro, não cabendo as considerações feitas em decisão.

Assim, não há alicerce para a decisão de inexecutabilidade de proposta e consequente desclassificação da Recorrente, quando esta demonstrou a sua plena viabilidade ao comprovar que exceda objeto de igual pertinência.

A decisão combatida, para além de violar as regras legais, dando presunção absoluta de inexecutabilidade da proposta apresentada, pelo simples fato de estar abaixo da média ponderada, **é dissonante do entendimento dos tribunais pátrios sobre o tema**, veja:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. LIMINAR. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. 1. A desclassificação de licitante por inexecutabilidade da proposta constitui medida excepcional, a ser adotada somente se não demonstrado que, apesar do valor reduzido, é ela exequível. 2. No caso concreto, seja por erro de digitação ou por estratégia empresarial, o fato é que a empresa declarada vencedora se mostra disposta a assumir os lances ofertados, estando sujeita, evidentemente, às penalidades previstas na legislação caso não venha a honrar o compromisso assumido. 3. Considerando que não resta configurado, em princípio, o alegado jogo de planilhas, e tendo em conta que não há falar em urgência do pedido, na medida em que, embora homologado o resultado do certame, se trata de contratação parcelada, conforme necessidade, devendo o serviço ser prestado consoante demanda e solicitação da contratante, a decisão hostilizada merece ser mantida. (TRF-4 - AG: 50062602420214040000 5006260-24.2021.4.04.0000, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 13/04/2021, TERCEIRA TURMA).

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a vertical line and a small flourish.

Com efeito, a estratégia empresarial somada ao fato de que a empresa está disposta a assumir seus lances ofertados, **DEMONSTRANDO QUE PODE E VAI CUMPRIR A PROPOSTA, COMO TEM FEITO EM CONTRATO ANTERIOR DE OBJETO IDÊNTICO PARA ESTE MESMO MUNICÍPIO**, deixa patente que a decisão deve ser reformada.

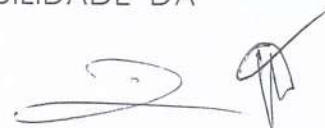
Os critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção relativa de inexequibilidade.

A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida, como fez a decisão combatida.

Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada.

E a prova concreta indiscutível que a proposta pode ser concretamente executada pela Recorrente foi a demonstração, em sede de diligência que já vem executando objeto igual, firmado com este mesmo Município, com medições mensais devidamente atestadas em fiscalização, consoante se comprova do próprio sistema da municipalidade, o e-salvador, de que o serviço contratado, leia-se, idêntico a deste tombo, esta sendo fielmente executado, e ainda se mantem em execução.

Trago a lume decisão do Superior Tribunal De Justiça que informa, ser a execução de contrato similar, onde a Licitante vem executando perfeitamente o objeto, PROVA POR EXCELÊNCIA DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA. Situação dos autos. Vejamos:



RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. Nas palavras de Marçal Justen Filho, "como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexequível a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 610). 4. Na hipótese dos autos, conforme se pode constatar na r. sentença e no v. acórdão recorrido, houve demonstração por parte da empresa classificada em primeiro lugar (LEÃO & LEÃO LTDA) e por parte do MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO de que a proposta apresentada por aquela era viável e exequível, embora em valor inferior ao orçado pela Administração. Conforme informações apresentadas pelo ora recorrido, a vencedora do certame "demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade".



Além disso, a empresa vencedora vem prestando devidamente o serviço contratado, o que demonstra a viabilidade da proposta por ela apresentada durante o procedimento licitatório (fls. 92/109, 170/172, 195/200 e 257/261). Assim, considerando que as instâncias ordinárias, com base na interpretação do contexto fático-probatório dos autos, entenderam que houve a devida comprovação da viabilidade da proposta apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, não há como elidir a referida conclusão, sob pena de incorrer-se no óbice da Súmula 7/STJ. 5. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 11.044/RJ, de relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, consagrou entendimento no sentido de que, "se a licitante vitoriosa cumpriu integralment (1ª Turma, DJ de 4.6.2001) e o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecutável". 6. Recurso especial desprovido. (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010). (grifos e destaque nossos).

Deste modo, se a licitante vitoriosa, ora recorrente, vem executando neste Município integralmente o contrato objeto de licitação, SUCOP/SEMPRE CC.020/2020, afasta-se logicamente, em concreto, a imputação de que sua proposta é inexecutável, sendo a procedência do Recurso apresentado medida necessária, de justiça e de Direito.

- **DA NECESSÁRIA REFORMA DA DECISÃO DA COMISSÃO SOBRE O ASPECTO DO PARÂMETRO ANALÍTICO DO KAPA APRESENTADO EM COMPARAÇÃO COM AS DUAS PLANILHAS – AUSÊNCIA DE REAJUSTAMENTO SOBRE O VALOR DO PREÇO PRATICADO – (CC. 001/2020) COMPARATIVAMENTE K 0.44, OU SEJA, INFERIOR AO 0.51 APRESENTADO – DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA TAMBÉM SOBRE ESTE PRISMA.**

Inobstante, e por sabido pelas orientações jurisprudenciais, que a prova inconteste e que se sobressai a qualquer outra, a título de comprovação de exequibilidade, é a prova contratual, com execução vigente, ainda mais junto ao mesmo órgão, tenha sido apresentada em sede de diligência, e reforçada nas razões deste recurso, imperioso ainda aqui dissertar

defensivamente sobre as alegações trazidas em sede de decisão pela comissão, demonstrando que também sob esses parâmetros subsiste razão a ora recorrente.

Assim, e em reforço ao parâmetro analítico apresentado em diligência, vale aqui pontuar o quão disforme da razoabilidade se apresentou a decisão desta douta comissão, quando suscita que o comparativo patrocinado pela EBISA assim o foi sem observar o necessário reajustamento do custo, apresentado na concorrência 01/2020.

Em destaque da decisão, assim se prescreve:

Diante das alegações, a Comissão observou que para dar consistência as suas alegações a EBISA utilizou nas simulações a base de preços da licitação 001/2020 considerando os preços históricos, sem nenhuma correção monetária (Anexo1).

Com as escusas necessárias, tal postura decisória não merece ser mantida, posto que a Ebisa quando motivou a comparação analítica assim a fez sobre elementos reais do pacto, ou seja, sob o valor praticado, **e sobre o qual não incidiu reajustamento que viesse a majorar o valor da planilha, e assim aumentasse o indexador.**

Por certo, vale reforço aqui, ao parâmetro analítico aplicado, quando esta recorrente afirma que o fator k de 0.44 em espelho é o fator correspondente ao valor aplicado em planilha, sobre reflexo a esta concorrência, o que restou demonstrado matematicamente, porque assim o fez sobre o valor real, original, **sem qualquer incidência de reajustamento, o qual na pratica, ainda que previsto em contrato, inexistiu.**


Logo, o parâmetro utilizado pela ora recorrente não está errado, ou foi feito sobre o intuito de conduzir a erro a douta comissão, a qual, data vênia, com o cálculo apresentado de K=055, sobre planilha reajustada, é que de fato está

equivocado, de modo que tenta sob esse argumento, desconsiderar uma constatação real de que o kapa apresentado nesta licitação de 0.51 é viável.

Assim, a postura decisória desta comissão de que na verdade o calculo para a certificação do fator K deveria ter partido de um valor reajustado não subsiste, por que na dinâmica do pacto não houve reajuste aplicado, que fosse capaz de elevar o K para 0.55, como informado em decisão, restando demonstrado que o k em parâmetro analítico informado é de fato 0.44.

Logo, a Recorrente ao palmilhar nesta licitação (CP.007/2022) o KAPA de 0.51, superior ao contrato anterior, quando feito esse cotejo comparativo, foi justamente considerando a atualização da planilha orçamentária, observando suas responsabilidades legais, e reconhecendo que nesta natureza de contrato, consegue executar sob essas condições.

Tal parâmetro de constatação apresentado leva em consideração o arquivo comparativo em anexo, onde os valores unitários aplicados ao contrato em vigência decorrente do CT 020/2020 cuja planilha foi proposta com $K=0.54$, hoje em espelho ao valor orçamentário (R\$ 15.007.787,59) proposto, equivaleria a um $K=0.44$ (R\$ 6.554.552,49).

SUCOP <small>Sistema Integrado de Custos e Orçamentos</small>		PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR SEINFRA/SUCOP-DIRETORIA DE CUSTOS E CONVÊNIOS GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROJETOS E ORÇAMENTOS		 <small>Secretaria de Infraestrutura e Obras Cid</small>		ESTUDO COMPARATIVO PREÇOS CT Nº 020/2020 X CP Nº 007/20222 (SUCOP)							
PLANILHA ORÇAMENTARIA						BDI Serv. = 28,65%		VALORES UTILIZADOS NO CONTRATO Nº 020/2020 - K=0,54		VALORES UTILIZADOS NA CP Nº 007/2022 (SUCOP) - K=0,51		0,51	
MANUTENÇÃO DE QUADRAS E CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BARRA LOTE 01 - Bairro: PR - I, VII, X													
DATA BASE: SINAPI (FEV/2022) DESONERADO													
ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,84% (HORISTAS) / 47,38% (MENSALISTAS)													
ITEM	REF.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	COMPARAÇÃO VALORES UNIT. CP Nº 007/2022 X CT 020/2020 (%)	
07.04.01	SUCOP	COMP 349	RAMPA SIMPLES PADRÃO DESAL. PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	UND.	12.00	267,10	3.205,20	108,68	1.304,16	138,22	1.658,64	25,54%	
07.04.02	SUCOP	COMP 355	RAMPA DUPLA PADRÃO DESAL. PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	UND.	12.00	358,23	4.298,64	147,19	1.766,28	182,60	2.191,20	34,12%	
08			LIMPEZA				43.217,82		18.722,43		21.998,86		
38.01	ORSE	33450-ORSE	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	15.602,03	2,77	43.217,82	1,20	18.722,43	1,41	21.998,86	17,50%	
			TOTAL GERAL				15.087.787,58		6.564.552,45		7.364.011,34		

Sob essa análise, constata-se que se houvesse uma equivalência sobre os valores de previsão no contrato que está em execução com os valores propostos nessa concorrência, o kapa proposto para essa, seria apresentado em 0.44, de sorte que, o K=0.51 é uma flutuação de percentual possível a ser aplicada levando em consideração a data base utilizada, permitindo, inclusive que o contrato seja executado, com parcela de lucro a empresa recorrente.

Dessa forma, já há nesse novo planilhamento um majoramento do valor final da proposta em decorrência da data base a ser considerada, qual seja, a SINAPI de Fevereiro/2022. Elemento, igualmente que denota o cumprimento das responsabilidades sociais, e em reflexo a execução do contrato anterior de igual objeto, que ainda se estende, pacifica a condição de apto do preço apresentado.

Nesse diapasão, Nobre Autoridade, não há o que se afastar do quanto constatado, sobre a força de execução de um kapa **k = 0,51** apresentado, ainda que menor que o aplicado no contrato de 2020 (k= 0,54), permite que o valor total do contrato atual seja possível de ser executado, por força da

aplicação da data base SINAPI de fev/22, que elevou os valores unitários de referência, permitindo a viabilidade de execução com um kapa margeando o percentil de 0.51, sem que tal indexador seja falível, ou impossível de ser executado.

Portanto, ilustre Julgador, nesse aspecto de comparativo amplo, que envolve toda a formação de custo dos valores unitários desta planilha, vide detalhamento em anexo, e já juntado em sede de diligências, e sobre os quais a empresa ora requerida se faz ciente do cumprimento, se constata a viabilidade dos preços ofertados, e para tanto a exequibilidade da proposta.

Em reforço a luz desse parâmetro comparativo, só a existência de um contrato que está em efetiva execução junto a esta Administração Pública, com um kapa que equivaleria para essa concorrência, $k=0.44$, ou seja, menor em 0.7, mas, com os mesmos itens de insumos e serviços – mesmo objeto, e que está sendo plenamente executado, o kapa do contrato atual, $k=0.51$ ou seja maior em 0.7 (decorrente da alteração da data base) se mostra plenamente possível, restando por exequível a proposta.

- INTERPRETAÇÃO DISFORME OFERTADA NA DECISÃO DA COMISSÃO SOBRE A ANÁLISE DO QUANTO APRESENTADO EM DILIGÊNCIA – NECESSÁRIA REFORMA DA DECISÃO TAMBÉM SOB ESSE PRISMA -MÁQUINAS QUE OPERAM DIVERSOS SERVIÇOS OBJETOS DO CONTRATO – QUE BARATEIAM O CUSTO - REDUÇÃO DO CUSTO DO ITEM – DIANTE DO TIPO DE FIO (INSUMO) DO PRINCIPAL ITEM DA PLANILHA DESTA LICITAÇÃO – “Alambrado Estruturado Por Tubos De Aço Galvanizado.

A decisão combatida trouxe uma interpretação disforme de tudo que foi assinalado na fase de diligencia, e que se sustenta sobre um documento hábil, o qual demonstra efetiva execução, que é o contrato anterior e vigente junto ao órgão.

Afastar-se disso, e trazer posicionamento em decisão de modo alheio aos argumentos que se testificou nas razões de diligência é atuar fora dos parâmetros da legalidade esperada para o órgão, é penalizar a empresa atual contratada da administração, e por consequência afastar da rotina do procedimento uma proposta hábil e eficiente para a execução.

Tal decisão, por tudo o quanto já se desenhou aqui, merece ser reformada, pois já foi apresentado documentos que a lei oferta validade de comprovação, **como a declaração de propriedade do maquinário assinada**, situação que barateia, pois deixa de ser empregada na composição do item o custo de aluguel do maquinário, por exemplo, barateando os serviços de terraplenagem - limpeza mecanizada do terreno, escavação mecanizada, execução de aterro compactado e mecanizado - (composto por moto niveladores, retroescavadeiras, caçambas, rolos compactadores, entre outros).

Em reforço ao quanto apresentado previamente, neste momento junta as NF do maquinário, os quais restaram in loco, em atuação, na executando os serviços atuais, do contrato vigente, e que de igual modo, se fará para a execução desse novo contrato, determinando assim a inconteste redução do custo sobre a execução do objeto.

Por tanto, em comprovação do equívoco da decisão desclassificatória, se junta a este recurso, as Notas Fiscais das mesmas, como ponto associativo a prova já carregada na fase preambular.

A esse dado, ainda, vale reforço que no item relacionado ao alambrado, esta empresa recorrente também tem uma redução de custo real, que o alambrado é produzido pela própria empresa, sem que tenha custos empregados relativos a compra do alambrado montado, o que

incontestavelmente promove a redução do custo do item, e permite a oferta nos termos em que se estabeleceu.

Soma-se a isso, o fato de que o custo da execução deste item "*Alambrado estruturado por tubos de aço galvanizado*" é menor ainda se comparado com o contrato em execução pela Recorrente, por força de que o fio exigido nesse procedimento atual é de uma espessura menor, - exigido em fio BWG 14, e por via de consequência, seu custo de mercado é menor, em relação ao fio de aço com uma espessura maior (FIO BWG 12), exigido no contrato anterior, e que ainda esta execução pela Recorrente.

Na diligência, portanto, foi sedimentado e comprovado que o preço de mercado dos fios (FIO BWG 14 e FIO BWG 12) são diversos, sendo mais barato o exigido nesta licitação, o que foi levado em consideração no momento da proposta da Recorrente.

Com efeito, a diferença de preço do fio escolhido para este procedimento, o BWG 14, demonstra uma real economia para o procedimento, sinalizando a diferença de (-10,98%) na formação deste custo, refletido na redução do KAPA aplicado neste procedimento.

Assim, não há como se cogitar de que se tratou de alegação genérica, tendo em visto que na diligência, fora feito todo o planilhamento do referido itens, informado o preço de cada um e demonstrando o impacto deste para com a proposta, **E JAMAIS que esta empresa iria utilizar um fio diferente do quanto prescrito em planilha**, restando tudo isso comprovado documentalmente.

Portanto, resta pacífico que este item fica ainda mais barato, se comparando com o quanto previsto no contrato em execução, seja porque o Fio exigido - BWG 14 revestido em PVC – tem custo de mercado menor, seja porque, a

Recorrente, após a compra desse fio, fabrica o próprio alambrado/tela, nos exatos termos do quanto previsto na licitação.

Assim, patente que essa redução de custo também demonstra, por essa via, a exequibilidade da proposta ofertada na licitação, de sorte que a decisão desclassificatória deve ser reformada.

➤ DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Nestes termos, REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação a **REFORMA DA DECISAO INICIAL**, com o acolhimento das razões em tela, pelo **PROVIMENTO DO RECURSO**, determinando que o Procedimento Administrativo em referência estará pautado nas regras esculpidas na Lei Geral de Licitação 8.666/93, autorizativo de uma contratação inquestionável junto a esta Recorrente, sob o ponto de vista da legalidade, e moralidade administrativa.

Apenas em atenção ad principio da eventualidade, e sob as imperiosas razões deste Recurso, com lastro na posição dos Tribunais Pátrios e órgãos de controle, caso não seja retratada a decisão por essa Comissão, o que não se acredita, requer seja remetido a Autoridade Superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante da prova robusta da exequibilidade da proposta da Recorrente, essa seja classificada, e o objeto devidamente adjudicado e homologado em seu favor.

Em tempo, informa a esta douta comissão, e ao órgão licitante que cópia deste recurso será apresentada junto aos órgãos de controle TCM-BA, e Ministério Público do Estado – BA, para que restem cientes da situação ocorrida, na hipótese de não ser considerada a legalidade do quanto aqui exposto a título do lidimo direito da ora recorrente em ter por admitida por exequível a proposta, diante da comprovação robusta apresentada e argumentada a luz do contrato anterior vigente, e dos demais elementos que se socorrem.

REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que, seja disponibilizada cópia integral do processo para fins legais.

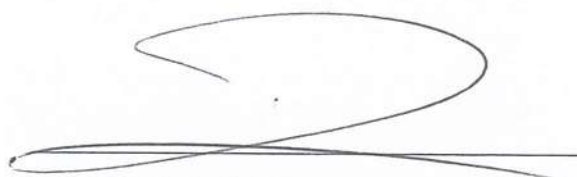
Nestes Termos,

Pede e Aguarda deferimento, por questão de justiça e Direito,

Salvador, 13 de julho de 2022.



MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO
ADMINISTRADOR



RAFAEL COSTA MEIRELES
ADMINISTRADOR

EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO
CNPJ 15.137.680/0001-67

MANUTENÇÃO DE QUADRAS E CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA, LOTE 01 - Bairro: PB - I, VIII, X

ENCARGOS SOCIAIS DESENERGADOS: 85,04% (HORISTAS) / 47,38% (MENSALISTAS)

 $K=0,54$

0012022 (SDGOP) - K=0.61

ITEM	REF.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	PHECO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	COMPARAÇÃO VALORES UNIT CP Nº 07/2022 CT 020/2020 (%)
SERVIÇOS INICIAIS												
01			01				730.425,50		910.612,43		453.959,84	
01.01			01.01				364.746,40		474.081,10		46,24%	
01.01.01	SUCOP	COMP 001	01.01.01	M2	3.485,19	26,67	92.961,69	9,30	32.418,78	13,60	47.408,10	46,24%
01.01.02	SUCOP	COMP 002	01.01.02	M2	23.164,18	24,02	556.403,60	6,69	201.296,69	12,26	283.761,18	40,97%
01.01.03	SUCOP	COT 1000	01.01.03	TON	9.352,67	25,74	240.737,73	14,01	131.030,93	13,13	122.800,58	-6,28%
01.02			01.02									
01.02.01	SUCOP	COMP 003	01.02.01	MES	12,00	4.197,07	50.364,24	2.774,99	33.259,88	2.140,48	25.685,76	-22,87%
01.03			01.03									
01.03.01	SINAPI	96.459	01.03.01	M2	697,18	170,80	119.071,34	49,13	34.252,30	67,11	60.731,18	77,31%
01.03.02	SINAPI	COMP 004	01.03.02	M2	668,05	479,08	326.736,57	211,46	141.265,43	249,44	166.637,89	17,95%
01.03.03	SINAPI	10775	01.03.03	MES	12,00	1.222,41	14.661,92	469,51	5.634,12	623,43	7.481,16	32,76%
01.03.04	SINAPI	16776	01.03.04	MES	12,00	955,00	11.460,00	366,80	4.401,60	487,05	5.844,60	32,76%
01.03.10	SUCOP	036	01.03.10	UND	1,00	75.918,37	75.918,37	11.912,63	11.912,63	38.718,34	38.718,34	225,01%
01.03.11	SUCOP	COMP 005	01.03.11	MES	12,00	24.762,02	297.144,24	11.247,74	134.912,68	12.628,63	151.543,56	12,33%
DEMOLICOES E REMOÇOES												
02			02				739.940,16		317.363,92		317.363,92	
02.01			02.01									
02.01.01	SINAPI	97.692	02.01.01	M3	200,03	60,71	12.143,92	27,80	5.560,72	30,96	6.192,60	11,37%
02.01.02	SUCOP	COMP 006	02.01.02	M3	403,94	950,36	400.046,02	427,39	172.638,21	505,08	204.019,69	18,18%
02.01.03	SUCOP	COMP 007	02.01.03	M3	813,70	340,85	277.349,65	156,15	127.058,94	173,83	141.445,12	11,32%
02.01.04	SINAPI	97.693	02.01.04	M2	346,68	24,50	8.486,16	11,55	3.992,56	12,50	4.320,95	6,23%
02.01.05	SINAPI	97.694	02.01.05	M2	376,75	14,45	5.444,04	6,87	2.568,28	7,37	2.776,63	7,28%
02.01.06	SUCOP	COMP 008	02.01.06	M3	200,03	182,41	36.487,47	63,80	16.762,18	93,03	18.698,42	11,01%
02.02			02.02				20.406,60		8.951,67		10.407,72	
02.02.01	SUCOP	COMP 009	02.02.01	M	120,40	169,49	20.406,60	74,43	8.951,67	86,44	10.407,72	16,14%
02.03			02.03									
02.03.01	SUCOP	COMP 010	02.03.01	M	774,37	13,52	10.460,17	6,19	9.791,48	6,50	7.548,98	11,47%
02.03.02	SUCOP	COMP 011	02.03.02	M2	17.425,67	7,10	123.721,56	3,23	56.284,58	3,62	63.090,65	12,07%
02.03.03	SUCOP	COMP 012	02.03.03	UND	21,00	68,96	1.438,16	28,84	583,61	30,07	631,61	12,03%
02.03.04	SUCOP	COMP 013	02.03.04	M2	602,02	15,12	9.061,75	7,20	4.354,54	8,02	4.828,20	11,39%
02.03.05	SUCOP	COMP 014	02.03.05	M2	602,02	6,55	3.943,23	3,01	1.812,09	3,34	2.010,75	10,95%
02.04			02.04									
02.04.01	SUCOP	COMP 060	02.04.01	M3	644,74	36,56	23.594,56	14,20	44.541,91	18,66	64.816,79	31,41%
02.04.02	SINAPI	10.981	02.04.02	M3	1.157,43	10,60	12.280,75	2,41	2.769,41	5,41	6.261,71	124,48%
02.04.04	SINAPI	101206	02.04.04	M3XKM	62,73	1.141,67	71.616,96	519,67	32.597,13	582,25	36.522,66	12,04%
02.05			02.05				81.551,458		28.954,05		41.561,88	
02.05.01	SINAPI	97.914	02.05.01	M3XKM	17.722,69	3,18	56.350,15	0,86	15.241,62	1,82	29.710,76	88,37%
02.05.02	SUCOP	COT 1000	02.05.02	TON	978,77	25,74	25.193,54	14,01	13.712,54	13,13	12.851,22	-6,28%
03			03									
03.01			03.01				1.568.710,84		755.824,47		800.014,65	
03.01.01	SINAPI	101136	03.01.01	M3	825,55	14,42	11.901,55	1,93	13.712,54	7,35	12.851,22	280,83%
03.01.02	SINAPI	96.385	03.01.02	M3	2.598,40	13,96	36.273,95	4,17	10.835,31	7,12	18.500,58	70,74%
03.01.04	SINAPI	97.358	03.01.04	M3	1.070,04	91,46	97.851,96	41,63	44.545,85	46,64	49.906,76	12,03%
03.01.05	SUCOP	COMP 016	03.01.05	M3	5.719,19	161,15	921.847,47	87,96	503.059,66	82,19	470.060,23	-6,56%
03.01.06	SUCOP	COMP 017	03.01.06	M3	972,64	175,09	170.352,06	68,02	66.179,51	89,30	86.883,72	31,28%
03.01.07	SINAPI	97.382	03.01.07	M3	524,34	39,81	20.873,96	18,53	9.716,02	20,30	10.644,10	9,55%
03.02			03.02									
03.02.01	SUCOP	COMP 060	03.02.01	M3	1.072,15	36,56	39.437,25	14,20	64.851,68	18,66	89.019,33	31,41%
03.02.02	SINAPI	10.981	03.02.02	M3	1.619,03	10,50	17.168,08	2,41	3.903,30	5,41	8.762,19	124,48%
03.02.03	SINAPI	101206	03.02.03	M3XKM	87,78	1.141,67	100.215,78	519,67	45.615,60	582,25	51.108,97	12,04%
03.03			03.03				197.777,13		55.043,31		77.933,61	

PLANO ORÇAMENTÁRIO

MANUTENÇÃO DE QUADRAS E CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA LOTE 01 - Bairro: PB - I, VIII, X

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,04% (HISTÓRICOS) / 7,38% (MENSALISTAS)

BDI Serv. = 28,08%

DATA BASE: SINAPI (FEV/2022) DESENERADO

VALORES UTILIZADOS NO CONTRATO Nº 020/2020 - R=0,54

VALORES UTILIZADOS NA CP Nº 007/20222 (SUCOP) - R=0,51

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,04% (HISTÓRICOS) / 7,38% (MENSALISTAS)

BDI Serv. = 28,08%

VALORES UTILIZADOS NA CP Nº 007/20222 (SUCOP) - R=0,51

ITEM	REF.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/ BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/ BDI (R\$)	COMPARAÇÃO VALORES UNIT. CP Nº 007/2022 X CT Nº 020/2020 (%)
05.04.01	SINAPI	91338	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBEI, COM GUIARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 08/2015	M2	56,32	935,67	52.666,99	312,37	20.971,13	477,19	26.874,39	28,15%
05.04.02	SUCOP	COMP 072	JANELA DE ALUMÍNIO MAXIMAR, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, VEDAÇÃO COM ESPUMA EXPANSIVA PU COM ADROS, PARONIZADA AF 07/2016	M2	15,54	583,89	9.073,65	226,54	3.519,53	297,78	4.628,31	31,45%
05.05.01	SUCOP	COMP 030	RASPAGEM E LIXAMENTO DE PINTURA, VELA, APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LATEX EM PAREDES, DUAS DEMOIS AF 08/2014	M2	763,21	12,19	118.104,02	5,42	52.159,57	6,22	60.219,77	14,76%
05.05.02	SINAPI	91497	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRILICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS DUAS DEMOIS AF 05/2017	M2	318,49	18,50	5.892,07	7,67	2.506,50	9,44	3.006,53	19,95%
05.05.03	SINAPI	91135	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX ACRILICA EM PAREDES DUAS DEMOIS AF 08/2014	M2	79,62	32,05	2.557,82	13,98	1.113,12	16,35	1.301,62	16,95%
05.05.04	SINAPI	91489	TEXTURA ACRILICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMO AF 09/2016	M2	5.093,67	17,36	88.420,58	7,55	38.459,89	8,85	45.090,71	17,22%
05.05.05	SINAPI	91305	PINTURA ESMALTE FORCO DAS DEMOIS SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSO UMA DEMO DE FUNDO ANTICORROSIVO, UTILIZAÇÃO DE REVOLVER (LARGA BARRIL)	M2	755,44	15,67	11.837,74	7,81	5.899,97	7,99	6.035,95	2,30%
05.05.06	SUCOP	COMP 063	PINTURA A ÓLEO BRILHANTE SOBRE SUPERFICIE METALICA, UMA DEMO INCLUSO UMA DEMO DE FUNDO ANTICORROSIVO	M2	1,94	24,20	46,95	11,63	22,59	12,34	23,98	6,10%
05.05.07	SUCOP	COMP 064	COBERTURA E FORROS	M2	1,94	23,86	46,33	10,88	21,13	12,18	23,85	11,95%
05.06.01	SINAPI	92543	TRABALHO DE MADEIRA COM OSTA POR TERÇOS PARA TELHADOS DE ATE 2 AGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E 5 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATE 2 AGUAS, INCLUSO ICAMEN TO	M2	200,03	34,86	6.939,04	10,64	2.120,28	17,69	3.539,46	66,28%
05.06.02	SINAPI	91207	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E 5 MM, COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATE 2 AGUAS, INCLUSO ICAMEN TO	M2	200,03	68,04	13.610,04	25,45	5.090,66	34,70	6.940,90	39,55%
05.07	SUCOP	COMP 031	INSTALAÇÕES	UND	28,00	159,28	2.961,14	67,07	65.153,42	80,72	81.417,49	20,35%
05.07.01	SINAPI	91655	PONTO DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA PARA LAV. MIC. TOILET	M	83,22	148,55	4.115,28	48,64	1.743,92	78,66	2.098,72	55,65%
05.07.02	SUCOP	COMP 032	TUBO PVC SOLDAVEL DN 110 MM	UND	6,00	636,81	3.820,86	529,72	4.534,03	317,32	7.062,72	39,69%
05.07.03	SINAPI	103856	ASSENTO	UND	12,00	800,20	9.602,40	326,98	3.923,76	408,10	4.897,20	24,81%
05.07.04	SUCOP	COMP 033	MICROTUBO SIFONADO LOUÇA BRANCA - PARAO MEIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 01/2021	UND	12,00	248,77	2.985,24	174,29	2.091,48	128,87	1.522,44	-27,21%
05.07.05	SUCOP	COMP 034	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 28,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCL. VALVULA, SIFAO ENGATE ELEVATE	UND	6,00	501,96	3.011,76	233,63	1.401,78	286,00	1.536,00	9,57%
05.07.06	SINAPI	103860	PIA DE COZINHA EM AÇO INOX 1.20X60CM C/ 1 CUBA, SEM VALVULA CHUVEIRO ELETROICO COMUM - CORPO PLASTICO, TIPO DUCHA	UND	12,00	109,03	1.308,36	50,16	601,92	56,61	667,32	10,87%
05.07.07	SINAPI	81332	REGISTRO DE GAVETA BRITO, LAVAO ROSCAVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM PAREDE DE CIMENTO	UND	12,00	41,61	499,32	22,20	266,40	21,22	254,64	-4,41%
05.07.08	SINAPI	102005	ONDA D'AGUA EM POL. ETILENO 500 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 08/2021	UND	12,00	300,97	3.611,64	387,20	4.646,40	153,49	1.841,88	40,36%
05.07.09	SINAPI	102137	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO EM PVC PARA ESGOTO COM TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL DE Ø 40 MM	UND	12,00	101,90	1.222,80	52,08	624,96	51,97	623,64	-0,21%
05.07.10	SINAPI	COMP 035	LAVATÓRIOS, MÓDULOS, BAIXOS SIFONADOS, ETC., L	UND	12,00	100,86	1.210,32	36,86	442,32	51,34	616,08	39,29%
05.07.11	SUCOP	COMP 036	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL DE Ø 100 MM	UND	12,00	149,91	1.798,92	47,95	575,40	76,45	917,40	59,44%
05.07.12	SINAPI	81714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO FREIO, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO	M	174,78	66,86	12.036,85	28,63	5.003,95	35,13	6.140,02	22,70%
05.07.13	SUCOP	COMP 037	SANITARIO AF 12/2014	M	174,78	202,77	35.441,14	78,22	13.671,29	103,41	18.074,00	32,20%
05.07.14	SUCOP	COMP 038	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO EM PVC PARA ESGOTO SERIE R D=100MM, ASSENTADO EM BERÇO DE AREA, INC. ESCAV. ATE 1,0 E REABERTO	M	174,78	240,67	42.064,30	83,62	14.615,10	122,74	21.452,50	46,78%
05.07.15	SINAPI	91222	ASSENTADO EM ALVENARIA PARA RAMAIS DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES QUE 100 MM AF 05/2015	M	174,78	16,25	2.840,18	7,91	1.382,51	8,29	1.448,93	4,80%
05.07.16	SINAPI	91731	ELETRODUTO RIGIDO S-JUDAVEL PVC, DN 32 MM (1) APARENTE INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 11/2016	M	233,04	13,95	3.250,02	5,70	1.328,33	6,92	1.612,64	21,40%
05.07.17	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V AF 12/2015	M	466,08	5,30	2.470,22	1,77	824,96	2,70	1.258,42	52,54%
05.07.18	SINAPI	91903	TOMADA, MEDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UND	12,00	52,16	625,95	27,85	334,20	26,61	319,32	-4,45%
05.07.19	SINAPI	91669	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO CORRANTE NOMINAL DE 20A - INTERLUTOR SIMPLES (1 MÓDULO)	UND	23,00	101,15	2.327,37	47,27	1.087,21	51,61	1.187,09	9,18%
05.07.20	SINAPI	91953	PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UND	23,00	28,35	651,95	15,21	349,63	14,48	332,56	-4,83%
05.07.21	SINAPI	91659	INTERLUTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/50V INCL. SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UND	12,00	44,84	538,08	24,08	288,96	22,87	274,44	-5,02%

PLANTILHA ORÇAMENTARIA
MANUTENÇÃO DE QUADRAS E CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA LOTE 01 - Bairro: PB - I, VIII, X
DATA BASE: SINAPE (FEV/2022) DESONERADO
ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 85,04% (HOR197A)/17,38% (MENSALISTAS)

BDI Serv. = 28,68%

VALORES UTILIZADOS NO CONTRATO N° 020/2020 - R=0,54
VALORES UTILIZADOS NA CP N° 007/2022 (SUCOP) - R=0,51
COMPARAÇÃO VALORES UNID. CP N° 07/2022 X CT 020/2020 (%)

ITEM	REF.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	PREÇO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PREÇO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	COMPARAÇÃO
05.07.23	SINAPI	97.586	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 36 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF=11/2017	UN	23,00	262,11	6.488,53	42,42	975,66	143,88	3.309,24	229,18%
05.07.24	SINAPI	96.971	CABO DE COBRE NO TIPO 2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	59,25	43,27	2.520,91	14,49	844,19	22,07	1.265,80	52,31%
05.07.25	SINAPI	96.985	INSTALAÇÃO AF=12/2017	UN	12,00	121,88	1.462,56	34,72	416,64	62,16	745,92	79,03%
05.08			MURO DE FECHAMENTO EM ALVENARIA DE BLOCO INCLUSIVE FUNDAÇÃO, PILARES DE CONCRETO A CADA 2,50M E REVESTIDO COM MASSA ÚNICA	M2	477,73	285,66	136.468,35	115,21	55.039,50	145,69	69.600,76	26,46%
05.08.01	SUCOP	COMP.048	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO				136.398,84		51.148,94		63.567,90	
06.01	SUCOP	COMP.038	PASSEIO EM CONCRETO C/ 0,07M DE ESPESURA, INCLUSIVE ESCALVADO E LETO DE ARENOSO COM ESP=215M	M2	682,22	165,05	109.290,41	59,57	39.448,56	84,18	55.745,85	41,31%
06.02	SINAPI	96.241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERES, ESPESURA DE 5 CM, AF=07/2016	M2	108,75	36,54	3.973,73	15,56	1.692,18	18,64	2.027,14	19,79%
06.03	SINAPI	96.680	PISO GIDENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO US2, ESPESURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA AF=06/2018	M2	165,07	56,23	9.281,89	23,68	3.941,87	28,68	4.734,21	20,10%
06.04	SUCOP	COMP.051	FORNEC. JASSER - DE PISO TATIL DIRECIONAL (LADILHO HIRALUICO) 40 X 40 CM	M2	89,04	139,78	13.844,91	61,25	6.066,32	71,29	7.080,70	16,39%
07.01			QUADRAS E CAMPOS				6.512.195,58		2.945.644,82		3.011.382,82	
07.01.01	SUCOP	COMP.039	PISO PARA QUADRA EM CONCRETO FCK=25 MPa, E=1,10M, ARMADE COM TELA REDEURADA	M2	6.969,84	161,46	1.125.390,37	63,68	443.839,28	82,34	573.896,46	29,30%
07.01.04	SINAPI	94.273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO REITO CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INTERIOR X BASE SUPERIOR) X ALTURA PARA VIAS, URBANAS E RURAIS AF=08/2016	M	1.835,9	55,15	101.210,73	24,25	44.503,36	28,13	51.623,89	16,00%
07.01.05	SUCOP	COMP.052	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL	M3	124,78	224,40	27.990,69	100,62	12.505,88	114,44	14.223,52	13,73%
07.01.06	SUCOP	COMP.054	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM BLOCO	M2	1.200,52	28,85	30.091,40	10,01	12.616,18	12,18	15.351,18	21,60%
07.01.07	SUCOP	COMP.053	MARKING DE CAMPO COM LACAS	M	444,72	3,63	1.610,33	1,65	733,78	1,85	822,79	12,12%
07.01.08	SINAPI	102.552	TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, 1" DE DIÂMETRO, 10' DE COMPRIMENTO, 25 TRAVESSES E ENCORAS COM DIÂMETRO 1"1/2 COM TELA DE ARAME GALVANIZADO 120 X 120 E TELA QUADRA 50X50 (RECEITO)	M2	11.877,64	228,41	2.709.610,91	126,58	1.506.426,81	121,59	1.443.918,41	14,98%
07.01.09	SUCOP	COMP.042	FORNEC. E COLOCAÇÃO DE BARRA DE TRAVESSAMENTO 1/2"	M	1.833,35	109,43	200.812,55	33,78	61.927,12	55,81	102.313,57	65,22%
07.01.10	SUCOP	COMP.043	FORNEC. E COLOCAÇÃO DE BARRA DE TRAVESSAMENTO 1/2"	M	141,77	138,64	19.372,45	41,31	5.856,35	69,69	9.879,67	68,70%
07.01.12	SUCOP	COMP.065	PORTÃO EM TELA ARAME GALVANIZADO N12 MALHA 2" E MCDURA EM TUBO DE AÇO COM DIÂMETRO 2" DE ABERTURA INCLUSIVE FERRAGENS ALAMBRO PARA QUADRA ESPORTIVA, EM EDUCALITE RESPACAMENTO DE 2,50M INCL. TELA DE FIO 12 REVESTIDO EM PVC MALHA 21/2", INCL. PINTURA	M2	203,91	1.870,83	381.480,95	538,95	109.897,29	884,12	194.554,61	77,03%
07.01.13	SUCOP	COMP.045	LOCALIZAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE TIPO DE TORRE COM LARGURA DE LATE 1,51M E ALTURA DE 1,007M	M2	951,58	407,55	387.816,43	110,44	105.092,50	207,85	197.785,99	88,20%
07.01.14	SINAPI	105.27	MONTE E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE EXCLUSIVE ANDAIME E LUPPEZAF=11/2017	M	2.322,63	19,94	46.313,24	8,41	19.533,34	10,17	23.621,17	20,93%
07.01.15	SINAPI	97.064	QUADRA DE ESPORTE E CAMPOS - PINTURA MARCAÇÃO	M	2.322,63	28,09	65.242,68	13,70	31.820,06	14,33	33.293,32	4,80%
07.02.01	SINAPI	COMP.066	PINTURA DE QUADRA POLIESPORTIVAS EM TINTA ACRILICA, 3 DEMÃOS	M2	6.969,84	28,63	199.546,52	13,18	91.862,46	14,60	101.759,63	10,77%
07.02.02	SINAPI	COMP.067	PINTURA DE ARGUBANCADA EM TINTA ACRILICA OU SIMILAR, 2 DEMÃOS	M2	642,00	20,47	13.150,12	9,44	6.068,05	10,44	6.710,85	10,59%
07.02.03	SINAPI	102.504	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA ACRILICA E 5 CM APLICADA MANUAL AF=05/2021	M	2.984,65	10,87	32.445,32	7,14	21.311,86	5,54	16.536,09	-22,41%
07.02.04	SUCOP	COMP.046	PINTURA DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=1"1/2" COM ESMALTE SINTETICO, 2 DEMÃOS INCLUSIVE APLICACAO DE GALVATE	M	763,21	18,72	14.287,29	8,73	6.662,79	9,56	7.288,62	9,39%
07.02.05	SUCOP	COMP.047	PINTURA DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=2" COM ESMALTE SINTETICO, 2 DEMÃOS INCLUSIVE APLICACAO DE GALVATE	M	89,33	25,56	2.285,06	11,91	1.063,94	13,05	1.165,78	9,57%
07.03			QUADRA DE ESPORTE E CAMPOS - MATERIAL ESPECÍFICO				14.885.355,11		3.805.623,48		5.544.080,00	
07.03.01	SINAPI	COMP.068	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM PISTES EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" H = 325" CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTETICO, REDE DE NYLON COM 2 MM, MALHA 10 X 10 CM, ANTENAS DE AÇO GALVANIZADO, MODELO PE DIREITO, CONFECCIONADA EM TUBOS REDONDOS EM AÇO CARBONO DE 6" POL. COM VÃO FRANCESA EM TUBO DE 2MM, MODELO FIXO PARA CHUMBAMENTO DIRETO NO TUBO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARO DE METAL FERRE	UN	23,00	4.224,40	97.161,20	1.062,34	24.433,82	2.154,44	49.552,12	102,80%
07.03.02	SUCOP	COMP.066	INSTALAÇÃO DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" COM VÃO FRANCESA EM TUBO DE 2MM, MODELO FIXO PARA CHUMBAMENTO DIRETO NO TUBO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARO DE METAL FERRE	CJ	23,00	13.415,75	308.562,25	3.944,03	90.712,69	6.842,03	157.366,69	73,48%
07.03.03	SINAPI	COMP.069	TRAVESSEIS DE 3,00 X 2,00 M EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" COM RECUADOR EM TUBO DE 1", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE FOLHA DE 10 X 10 MM	UN	23,00	6.918,51	159.125,73	1.749,90	40.247,70	3.528,44	81.154,12	101,64%
07.03.04	ORSE	COMP.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE TRAVESSEIS PARA FULETELO DE CAIADO	CJ	23,00	4.698,84	108.073,32	2.397,13	55.133,99	2.386,41	55.117,43	-0,03%
07.03.05	ORSE	0242EORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDE DE NYLON, 15,00 X 15,00 X 10 CM, PARA QUADRA DE ESPORTE	CJ	23,00	421,05	17	227,84	5.240,32	214,76	4.939,48	-5,74%
07.03.06	ORSE	0190EORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDE DE NYLON, 15,00 X 15,00 X 10 CM, PARA QUADRA DE ESPORTE	M2	15.685,53	25,74	403.745,54	10,51	164.854,66	13,13	205.951,08	24,93%
07.04			RAMPA				7.501,84		3.070,44		3.828,92	

PLANILHA ORÇAMENTARIA												
MANUTENÇÃO DE QUADRAS E CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA LOTE 01 - Bairro: PB - I, VII, X												
ENCARGOS SOCIAIS DESEMBOLSADOS: 85,04% (HORAS/175)/7,38% (MENSALISTAS)												
DATA BASE: SINAPI (FEV/2022) DESONERADO												
BDI Serv. = 28,65%												
ITEM	REF.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	VALOR TOTAL C/BDI (R\$)	COMPARAÇÃO VALORES UNIT CP Nº 037/2022 X CT 020/2020 (%)
07 C4 01	SUCOP	COMP 049	RAMPAS SIMPLES PADRÃO DESAL PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	UND	12,00	267,10	3.205,20	109,68	1.304,16	136,22	1.634,64	25,34%
07 C4 02	SUCOP	COMP 055	RAMPAS DUPLA PADRÃO DESAL PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	UND	12,00	358,22	4.298,64	147,19	1.766,28	182,69	2.192,28	24,12%
08			LIMPEZA				43.217,62		18.772,43		21.938,86	
09 C1	ORSE	0245/09ORSE	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	15.602,03	2,77	43.217,62	1,20	18.772,43	1,41	21.938,86	17,50%
			TOTAL GERAL				15.007.787,59		6.554.552,49		7.364.011,34	

OBS: O ITEM ORÇAMENTO DE VEREDAS FOI ALTERADO AO COMPARAR COM O CONTRATO ANTERIOR E IMPORTANTE PRECISAR QUE A NOVA ESPECIFICAÇÃO CONTEMPLA UM INSUMO COM MENOR VALOR DE MERCADO, DEVIDO A DIMINUIÇÃO DA ESPRESSURA DO AÇO.

(Assinatura)

(Assinatura)

CONTRATO nº 020/2020
Processo Administrativo nº 2413/2019
Concorrência nº 001/2020

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Engenharia, que, entre si, celebram de um lado como CONTRATANTE a **SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS** e, do outro, como CONTRATADA a empresa **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA**, na forma abaixo, que observam, aceitam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

A **SUCOP - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS**, Autarquia Municipal, vinculada à SEINFRA-SECRETARIA MUNICIPL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS, com Sede na Av. Presidente Costa e Silva, s/nº - Dique do Tororó, Salvador/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.635.089/0001-16, neste ato representada pelo seu Superintendente, Sr. **JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO**, portador do CPF/MF nº 148.709.165-68 e a empresa **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, firma estabelecida na Rua da Bolívia, nº 01, sala 21, Bairro Granjas Rurais Presidente Vargas, Salvador Bahia, CEP 41.230-195, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.137.680/0001-67, neste ato representada pelo Sr. **ANIBAL CAMOZZATO**, portador do CPF/MF nº 012.981.015-06,, doravante denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas à execução dos serviços definidos e especificados na Cláusula Quarta – Do Objeto, sendo que sua lavratura foi, regularmente, autorizada em despacho datado de 02/07/2020, do Superintendente, exarado no processo administrativo nº 2413/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Esta adjudicação decorre de licitação sob a modalidade Concorrência, nos termos e condições do Edital de Licitação nº 001/2020, cujo resultado foi homologado em 02/07/2020, pelo Superintendente, publicado no DOM nº 7.710, pág. 10, de 03/07/2020, conforme consta do Procedimento Administrativo retro mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93, com suas alterações, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Lei Municipal 4.484/92, no que couber e Lei Municipal nº 8421/2013, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às determinações da SUCOP.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO

4.1 – Execução dos serviços de manutenção de campos e quadras no Município de Salvador/BA, em áreas que compreendem as Prefeituras Bairros I, VIII e X, sob regime de empreitada, preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços, de acordo com sua proposta, Edital e seus anexos, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui, integralmente, fosse reproduzida.

4.2 - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderão ocorrer, salvo quando e segundo a forma e às condições previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1 - Os serviços aqui contratados por empreitada a preços unitários, serão executados e pagos em medições mensais, resultado da multiplicação dos preços unitários, propostos pelas quantidades dos serviços, efetivamente executados no período, fechadas no último dia útil do mês, de acordo com as especificações fornecidas pela SUCOP, às quais a Contratada aloca todos os equipamentos, pessoal, materiais necessários e tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade.



CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS

Os preços unitários correspondentes aos serviços contratados são os constantes da Proposta da Contratada (Planilha Orçamentária), aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos integrantes do Edital, devidamente rubricados pelos representantes das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

7.1 - Dá-se ao presente o valor global de R\$ 4.348.766,44 (quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), resultante da multiplicação das quantidades de serviços constante da planilha orçamentária pelos preços unitários, propostos pela Contratada. (fator multiplicador K 0,54, data da proposta: 28/02/2020)

7.2 - Encontram-se inclusos no valor supra, todos os custos necessários à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO E DOTAÇÃO

As despesas correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da SUCOP-Recursos Tesouro Municipal, na Unidade Orçamentária: 61.60.02; Subação: 15.451.010.1107-Requalificação de Espaços Públicos; 15.451.010.1135-Construção e Recuperação de Prédios e Equipamentos Públicos; Natureza das Despesas: 4.4.90.51-Obras e instalações; Fonte de Recursos: 0.1.00-Tesouro; 0.1.13-ODC Outorga Onerosa do Direito de Construir; 0.1.16-Contr de Interv do Domínio Econômico-CIDE; 0.1.24-Convênios; 0.1.30-Transf. do Fundo de Invest. Econômico Social-FIES; 0.1.42-Royalties/Fundo Esp. Petróleo/Comp. Finan. Exp. Rec. Minerais; 0.1.90-Operações de Crédito Internas; 0.1.91-Operações de Crédito Externas; 0.1.92-Alienação de Bens.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - Os serviços executados serão pagos em medições mensais, resultado da multiplicação dos preços unitários, propostos pelas quantidades dos serviços, efetivamente executados no período, fechadas no último dia útil do mês. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização.

9.1.1 - As planilhas de medição devem ser elaboradas pela fiscalização, ou seja, de autoria do fiscal designado, contendo em anexo:

- a) relatórios semanais fotográficos contendo os serviços executados durante o mês;
- b) toda a memória de cálculo dos quantitativos dos materiais e dos serviços realizados.

9.2 - O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, de cada medição, acompanhada da respectiva fatura, em 03 (três) vias, correspondente aos serviços efetivamente realizados em cada etapa, conforme o subitem anterior e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia útil posterior à data de sua aprovação pela Fiscalização, e de acordo com os procedimentos da Autarquia, exigida a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente recolhida, antes do primeiro pagamento.

9.3 - O pagamento a que se refere o subitem 9.2, fica subordinado também à comprovação dos incisos listados abaixo, com base no art. 1º do Decreto Municipal Nº 15.549 de 11 de março de 2005:

- a) o recolhimento da contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- b) o recolhimento do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) a entrega dos vales transporte;
- d) a entrega dos vales refeição;
- e) o pagamento do salário, em conformidade com o art. 1 do Decreto Municipal nº 15.549 de 11 de março de 2005.
- f) a comprovação da Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013)

9.4 - No pagamento reter-se-á o valor correspondente ao INSS e ISS.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 2/13

9.5 - o pagamento será efetuado, exclusivamente, junto ao banco Bradesco, por crédito na conta corrente, indicada pelo licitante, em atendimento ao Decreto Municipal nº. 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM de 04/03/2013, pág. 5.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 - Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da proposta, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, COLUNA 35, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial referente a data da proposta da CONTRATADA. (data da proposta: 28/02/2020).

10.2 - Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

10.3 - Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

10.4 - Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

10.5 - Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no Art. 1º F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

10.6 - O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme Equação abaixo:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I0 = Índice de preço verificado no mês da proposta

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do Contrato de obra ou serviço a ser reajustado

10.7 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem 10.6 deste Contrato, obedecendo-se os seguintes critérios:

- a) se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
- b) se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

10.8 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.9 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.10 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA– Fís. 3/13

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Quanto ao objeto:

- a) A **CONTRATADA** obriga-se a realizar suas atividades utilizando profissionais especializados, em número suficiente, evitando o excesso de jornada de trabalho, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na trabalhista, previdenciária, tributária e cível.
- b) Prestar os serviços em termos da mais alta qualidade, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela **CONTRATANTE**, mantendo sob sua exclusiva responsabilidade toda supervisão, direção e força de trabalho, para execução completa e eficiente dos serviços, objeto deste contrato;
- c) Comunicar, por escrito, à **CONTRATANTE** quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas em especificações dos serviços, antes e/ou durante a sua execução.
- d) Não introduzir nenhuma modificação nas especificações dos serviços, sem o consentimento prévio, por escrito da **CONTRATANTE**.
- e) Programar e propor métodos de trabalho a serem empregados na execução dos serviços submetendo-os à apreciação da **CONTRATANTE**.
- f) A **CONTRATANTE** fica autorizada a realizar retenção proporcional aos encargos previdenciários e trabalhistas, cuja quitação não seja comprovada na forma contratual, bem como contratar, em nome da **CONTRATADA**, profissional que execute o cálculo e recolhimento de tais verbas aos órgãos arrecadadores.
- g) Constatada, de forma inequívoca, a mora total ou parcial no cronograma de prestação de serviços, a **CONTRATADA** autoriza à **CONTRATANTE** a contratar terceiro, em seu nome, para que realize a obrigação da **CONTRATADA** podendo, a **CONTRATANTE** inclusive, reter parte ou todo o crédito da **CONTRATADA** para a remuneração deste terceiro.
- h) Manter uma representação ou escritório administrativo no Município do Salvador/BA.

11.2 - Quanto à fiscalização:

- a) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da **CONTRATANTE**, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução e atendendo, prontamente, às observações e exigências que lhe forem feitas.
- b) Atender, imediatamente, à notificação da **CONTRATANTE**, quando esta solicitar a alteração de métodos inadequados de trabalho e, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a suplementação e/ou à melhoria da unidade de força de trabalho, sem prejuízo das penalidades cabíveis pelo descumprimento destas exigências.
- c) Atender solicitação da **CONTRATANTE** de aumento ou diminuição do quantitativo de serviço, sempre que a variação no volume dos mesmos assim o requerer.
- d) Fornecer, quando solicitados pela **CONTRATANTE**, os elementos indispensáveis à apropriação dos serviços, bem como dados estatísticos relativos a absenteísmo, acidentes do trabalho etc.
- e) Aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal, referente a este contrato, por parte do órgão responsável da **CONTRATANTE**.
- f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação fiscal, previdenciária, trabalhista e CADIN Municipal;
- g) Atender com presteza, as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, bem como, sobre a não execução de serviços, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

11.3 - Quanto aos empregados envolvidos nos serviços:

- a) Manter em dia o registro das suas unidades de força de trabalho, em livro próprio ou em fichas devidamente rubricados, exibindo os livros ou fichas mencionados, conforme o caso, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, bem como atualizar as anotações nos documentos de cada unidade de força de trabalho.
- b) Responsabilizar-se pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias decorrentes do desempenho das atividades de seus empregados, em consonância com a legislação vigente e com o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- c) Realizar o pagamento da remuneração das atividades de suas unidades de força de trabalho, impreterivelmente, até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente ao faturamento dos serviços, independentemente do pagamento da Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATANTE**.
- d) Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado cuja permanência nos serviços seja considerada indesejável, substituindo-o de imediato, sem ônus para a **CONTRATANTE**.
- e) Atender a todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação e transporte dos seus empregados (vale-transporte e auxílio alimentação), bem como as de seguro contra acidentes no trabalho, das leis trabalhistas e da previdência e assistência social, os depósitos relativos aos tributos e emolumentos federais, estaduais e municipais, relacionados direta ou indiretamente com a prestação dos serviços, comprovando o cumprimento destas obrigações junto à **CONTRATANTE** sempre que solicitado;
- f) Realizar exame médico admissional (clínico conclusivo de aptidão) de seus empregados;
- g) Atender às disposições legais quanto à duração da jornada de trabalho, descanso semanal, intervalo entre as jornadas, bem como quaisquer outras que venham a surgir na vigência deste Contrato.
- h) A **CONTRATADA** é considerada para todos os efeitos legais como única pagadora e responsável por todas as obrigações sociais e trabalhistas das unidades de força de trabalho, não se reconhecendo qualquer responsabilidade da Administração pelo desatendimento dessas obrigações.
- i) Não obstante a responsabilidade acima assentada, desde já fica ajustado que caso alguma unidade de força de trabalho da **CONTRATADA** venha a reclamar contra a **CONTRATANTE** perante o Judiciário Trabalhista, mesmo após o término de vigência contratual, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar o pagamento de quaisquer verbas objeto da condenação, inclusive custas e honorários advocatícios.
- j) Assumir, integralmente todos e quaisquer ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária e Trabalhista, sem repassá-las, sob qualquer hipótese, à **CONTRATANTE**.
- k) Fica declarada, pelas partes, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e a unidade de força de trabalho da **CONTRATADA**, designados para os serviços, objeto deste contrato.
- l) Assumir responsabilidade, direta e total, por quaisquer danos causados por sua unidade de força de trabalho, às instalações ou a quaisquer dos equipamentos da **CONTRATANTE**, bem como para com a União, Estado, Município e/ou Terceiros.
- m) Efetuar, pontualmente, o pagamento de todas as taxas e impostos incidentes sobre sua atividade, e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como, respeitar todas as Leis Federais, Estaduais e Municipais, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas da sua unidade de força de trabalho.
- n) Todas as unidades de força de trabalho deverão apresentar-se com fardamento completo, de acordo com as funções a serem desempenhadas, bem como crachás de identificação;

11.4 - Quanto ao regime de execução dos serviços:

- a) Adotar o calendário e horário de trabalho da **CONTRATANTE**, sujeitando-se às conveniências e necessidades do serviço;
- b) Administrar os sistemas de transporte e alimentação, dos seus empregados, arcando com todas as despesas decorrentes dos serviços;
- c) Manter um Diário de Obras para registro de fatos que impliquem no bom andamento dos serviços, ou de quaisquer acontecimentos relevantes;
- d) Confeccionar as suas expensas Placas indicativas dos serviços, que deverão ser afixadas nos locais indicados pela Fiscalização. As placas deverão obedecer a padrões fornecidos pela SUCOP;
- e) Obedecer as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, Especificações Gerais de Serviços (E.G.S.) e C.P. (Caderno de Projetos), Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto, e Especificações Técnicas da SUCOP no que couber, na execução do objeto deste Contrato.
- f) Executar este Contrato de acordo com o que nele foi estabelecido e aceito, sob pena de sujeitar-se às prescrições da Lei Federal nº 8.666/93, art. 87 com seus incisos e parágrafos.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 5/13

11.5 - Quanto a outros tópicos:

- a) Não divulgar, nem fornecer, sob pena da Lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, nem os que forem transmitidos pela **CONTRATANTE**, a menos que autorizado por esta, por escrito.
- b) Ressarcir qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.
- c) A **CONTRATADA** compromete-se a cumprir o quanto disposto na Lei 8.213/1991.
- d) A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar a **CONTRATANTE** todas as despesas que esta tiver, decorrentes de:
 - i) Recolhimento judicial de indenização administrativa, conforme previsto no Enunciado 331, II (trezentos e trinta e um inciso segundo) do TST, ou recolhimento judicial de titularidade de vínculo empregatício da sua unidade de força de trabalho, com a **CONTRATANTE**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
 - ii) Recolhimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariedade da **CONTRATANTE** ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da **CONTRATADA**.

11.6 - O não cumprimento das obrigações descritas nesta cláusula, por qualquer razão, autorizará a Contratante a rescindir, unilateralmente, o presente contrato, sujeitando, a contratada, à indenização por perdas e danos, tendo em vista o caráter de essencialidade do serviço objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 - Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços, informações técnicas e dados complementares que se tornem necessários à boa realização dos serviços, colaborando no seu estudo e interpretação.

12.2 - Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** qualquer alteração de horário, métodos de trabalho, distribuição e variação dos quantitativos dos serviços controlados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

12.3 - Notificar à **CONTRATADA**, erros ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-los ou substituí-los.

12.4 - Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, da aplicação da eventual multa.

12.5 - Conferir os serviços executados, confrontando-os com as faturas emitidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1 - A **CONTRATADA** assume, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de mão de obra, necessárias à boa e perfeita execução dos serviços contratados. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados ou ainda por quaisquer prejuízos que sejam causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros.

13.2 - A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados prepostos ou subordinados.

13.3 - A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidades caberão exclusivamente à **CONTRATADA**.

13.4 - Durante a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deve manter preposto, aceito pela Administração da **CONTRATANTE**, para representá-lo sempre que for necessário.

13.5 - A Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato, fica obrigada a apresentar o "Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral" no CNO-Cadastro Nacional de Obras, em atendimento a IN/RFB nº 1.845/2018.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 8/13



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 - A garantia de execução do contrato será prestada em qualquer uma das modalidades previstas no art. 56, da Lei 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

14.2 - A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do Resultado Final (HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO) da Licitante Vencedora no Diário Oficial do Município/DOM, prorrogáveis por igual período, a critério da SUCOP, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

14.3 - A Garantia do Contrato será prestada no valor de 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado e será restituída, após o recebimento definitivo do objeto contratual, mediante requerimento da contratada.

14.4 - Se por qualquer razão, durante a execução contratual, for necessário a prorrogação de prazo de vigência do contrato, a Contratada ficará obrigada a providenciar a renovação da Garantia Contratual, nos termos e condições originais.

14.5 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.6 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.5 observada a legislação que rege a matéria;

14.7 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

14.8 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

14.9 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.10 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

14.11 - A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 14.1, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro

14.12 - A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII – B da Instrução Normativa nº 05/2017, observada a legislação que rege a matéria

14.13 - A restituição do valor caucionado ocorrerá na forma e segundo os procedimentos previsto na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, e o estabelecido no Edital.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS DA SUCOP

Constituem direitos e prerrogativas da SUCOP, além dos previstos em outras leis, os constantes dos arts. 58, 59, e 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará à contratada a multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço ou prestar a caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.2 - A multa a que se refere este item não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei.

16.3 - A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida - além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

16.4 - As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.5 - As disposições gerais e especiais previstas nos artigos 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal no. 8666 de 1993 aplicam-se ao presente edital e contratos dele oriundos.

16.6 - Em se tratando da penalidade de multa, esta deverá ser recolhida no setor da Tesouraria da CONTRATANTE.

16.7 - As penalidades aludidas nesta cláusula, não prejudicam a responsabilidade civil e criminal da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 - Os serviços contratados serão executados, observadas as seguintes condições:

- a) A mão de obra utilizada pela CONTRATADA será própria e qualificada;
- b) A CONTRATANTE fica livre de qualquer ônus, referente à responsabilidade trabalhista e previdenciária quanto aos prepostos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1 - Os serviços contratados serão executados, sob o regime de empreitada por preço unitário, observados as seguintes condições:

- a) O contrato será executado sob regime de empreitada por preço unitário, cujo gestor administrativo, operacional e financeiro é a SUCOP;
- b) O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto deste contrato será exercido pela SEMTEL, na forma do item acima e nos seguintes termos:

b1) O agente administrativo transmitirá suas anotações às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas. Se a providência for urgente, a autoridade competente deverá ser imediatamente alertada.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 8/13

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A SEMTEL fiscalizará a execução do objeto contratado, não excluindo, nem reduzindo com isso, a responsabilidade da Contratada, sob quaisquer atos que, por acaso, cause danos a terceiros e que, sob nenhuma hipótese deverá implicar co-responsabilidade da Contratante.

19.2 - A fiscalização dos serviços contratados será exercida por prepostos da SEMTEL;

19.3 - A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

19.4 - A fiscalização por parte da SEMTEL não exime nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** no cumprimento dos seus encargos.

19.5 - Todos os contatos formais da **CONTRATANTE** e vice-versa, far-se-ão por escrito, através de carta ou ofício. Contatos não formais não serão considerados na solução das pendências contratuais.

19.6 - Motivando providências escritas:

- a) Determinar a prioridade de serviços e o controle das condições de trabalho e solucionar quaisquer casos concernentes a esses mesmos assuntos.
- b) Sustar, desde que lhe venha ao conhecimento, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com o especificado neste Contrato e seus anexos ou que atente contra a segurança de pessoal ou bens da **CONTRATANTE** e/ou terceiros.
- c) As suspensões de serviços aqui referidas não eximem a **CONTRATADA** das obrigações e penalidades referentes a prazos e multas previstas neste Contrato.
- d) Recusar os serviços que não tenham sido prestados como estipulado neste Contrato e Anexos do edital.
- e) Solicitar à **CONTRATADA** a substituição imediata de profissional cuja habilitação e experiência profissional julgar inadequada para o exercício da função ou que execute serviço que repute de rendimento ou qualidade não satisfatório, correndo por conta exclusiva da **CONTRATADA** quaisquer ônus decorrentes das Leis Trabalhistas e Previdenciárias, bem como qualquer outra despesa que possa decorrer de tal fato.
- f) Transmitir à **CONTRATADA** as determinações e instruções da **CONTRATANTE**.
- g) Registrar as irregularidades ou falhas encontradas na execução dos serviços, anotando as observações que julgar necessárias, assinando em conjunto com o representante da **CONTRATADA**.
- h) Requerer à **CONTRATADA** a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, caso estas não acompanhem a fatura de serviços.
- i) Dirimir dúvidas apresentadas pela **CONTRATADA** referentes aos assuntos relacionados ao objeto do presente Contrato.
- j) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** qualquer alteração de horário, métodos de trabalho, distribuição e variação dos quantitativos dos serviços controlados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
- k) Notificar à **CONTRATADA** erros ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, fixando-lhe o prazo para corrigi-los.

19.7 - No caso de inobservância, pela **CONTRATADA**, das exigências da **CONTRATANTE**, terá esta, além do direito de aplicação das sanções previstas neste Contrato, o de suspender a execução dos serviços e sustar o pagamento de quaisquer faturas.

19.8 - Compete, ainda, à Fiscalização:

- a) Expedir determinações e comunicações dirigidas à Contratada, apontando-lhe erros e as providências que deverão ser tomadas na execução dos serviços contratados;
 - a1) Na hipótese da contratada se recusar a assinar o recebimento do ofício, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, considerando-se a comunicação feita para todos os efeitos.



CONTRATO N.º 020/2020 - EBISA - Fls. 9/13

- b) Rejeitar qualquer serviço que apresente má qualidade, ou não especificado, pela Contratante, estabelecendo prazo para substituição por escrito e sob protocolo;
- c) Apontar falhas na execução do Contrato, exigindo da Contratada as devidas reparações;
- d) Emitir parecer conclusivo para que as Faturas/NF possam ser liberadas e pagas;
- e) Representar a Contratante em reuniões técnicas com a Contratada, ou terceiros diretamente ligados aos fornecimentos.
- f) Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados fazendo cumprir todas as disposições de lei, do presente Edital e respectivo contrato.
- g) Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a SUCOP adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive à aplicação de penalidade quando for o caso.

19.9 - As Ordens de Serviço necessária a execução do contrato deverão ser assinadas em conjunto pelo fiscal técnico e pelo fiscal requisitante, cabendo-lhes a atestação de conformidade do fornecimento do objeto.

19.10 - Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados, salvo motivo de força maior, aceito por ambas as partes, excluídas quaisquer indenizações.

19.11 - A contratante poderá à seu critério, redimensionar o número de equipes a serem disponibilizadas nas diversas frentes de serviços;

19.12 - A contratante poderá à seu critério dispensar as equipes disponibilizadas, caso não atendam ao pré requisitos técnicos desejados;

19.13 - A contratante deverá a cada serviço executado, fornecer as especificações técnicas conforme as normas de execução de obras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO PRAZO DO CONTRATO

20.1 - O prazo de vigência do contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data da assinatura da 1ª Ordem de Serviço/O.S, que será emitida em até 10 (dez) dias úteis.

20.2 - Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

21.1 - Os serviços executados pela contratada terão garantia pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de sua realização. A contratada deverá constar no orçamento aprovado pelo CONTRATANTE o prazo da garantia dos serviços;

21.2 - Durante o período de garantia, a empresa deverá atender aos chamados da CONTRATANTE, para manutenção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

21.3 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelo(s) fabricante(s), devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal;

21.4 - Faculta-se ao CONTRATANTE verificar junto ao(s) fabricante(s) os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantia(s) com prazo(s) inferior(es) ao(s) utilizado(s) pelo(s) fabricante(s).

21.5 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para ao CONTRATANTE e acarretarão a reabertura do prazo restante da garantia;



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 10/13



21.6 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao CONTRATANTE após a execução dos serviços e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS NORMAS DE COORDENAÇÃO

Deverão ser observadas e atendidas pela Contratada, as Normas de Coordenação e Fiscalização de Obras e Serviços nas Vias Públicas da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo/SEDUR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

23.1 - Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo:

I - Unilateralmente, pela Administração:

- a) Quando necessário, por motivo devidamente justificado;
- b) Para modificação do valor decorrente do aumento ou diminuição dos quantitativos do objeto contratual, até o limite permitido por lei.

II. Por acordo, quando:

- a) Necessária a modificação do regime ou modo de execução, por verificação da inadequação das condições originárias;
- b) Necessária a modificação da forma de pagamento, por motivos relevantes e supervenientes, mantido o valor inicial;

23.2 - A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões Efetuadas até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do Contrato, na forma da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

24.1 - Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrências direta ou indireta do presente contrato, ou da execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas normas aplicáveis à espécie.

24.2 - O ISS devido à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços, deverá ser retido na fonte pagadora (Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ), por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, na ocasião do pagamento da fatura.

24.3 - Para pagamento do ISS, prevalecerá o local da prestação dos serviços.

24.4 - A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

24.5 - Ficando comprovado, durante a execução do contrato, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso dos valores corrigidos porventura pagos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CESSÃO DO CONTRATO

É, terminantemente, proibida a cessão total ou parcial deste Contrato e de seus créditos. A inobservância da proibição trará ao Contrato, de pleno direito, a rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 - Fica, de forma expressa, proibida a subcontratação dos serviços, objeto deste Contrato.

26.2 - A desobediência a este preceito acarretará sua rescisão de pleno direito, sem prejuízo das penalidades que possam incidir sobre a Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

27.1 - Dar-se-á a rescisão deste Contrato, nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e/ou quando a **CONTRATADA**:



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fis. 11/13

- a) Requerer falência;
- b) Transferir a outrem, parte da execução do objeto do contrato, sem a prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- c) Não forem observadas as Cláusulas e condições do presente Contrato, após advertência por escrito;
- d) Suspender os serviços por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, sem justificação e/ou prévia autorização da CONTRATANTE;

27.2 - O presente Contrato poderá ser revisto a qualquer época e rescindido, unilateralmente, a qualquer tempo, sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

A vigência terá início quando da data de assinatura da 1ª Ordem de Serviço e se extinguirá pelo decurso do seu prazo, previsto na cláusula vigésima, quando deverá ser celebrado o Termo de Quitação e Encerramento, onde as partes darão mútua e plena quitação de todos os direitos e deveres nele previstos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO RECEBIMENTO

29.1 - Toda entrega realizada pela CONTRATADA, seja de Ordem de Serviço (OS) ou etapa de Ordem de Serviço, deve estar acompanhada de minuta de Termo de Recebimento Provisório.

29.2 - Após comprovação da entrega para homologação, o CONTRATANTE emitirá Termo de Recebimento Provisório, o qual será assinado pelo preposto da CONTRATADA, pelo fiscal técnico e pelo fiscal requisitante.

29.3 - Será considerada aceita a OS ou etapa que não apresentar defeito. Nesse caso, será emitido, pelo CONTRATANTE, Termo de Recebimento Definitivo, atestando que os artefatos e/ou serviços foram homologados e atendem às exigências estabelecidas nas especificações anexas ao edital.

29.4 - O Termo de Recebimento Definitivo será emitido em duas vias e assinado pelo preposto da CONTRATADA, pelo fiscal técnico e pelo fiscal requisitante. Uma via destina-se à CONTRATADA, autorizando-a a emitir as respectivas faturas, que deverão ser encaminhadas diretamente à área administrativa do CONTRATANTE; e a outra aos cuidados do fiscal administrativo, para que seja feita avaliação do cumprimento das obrigações administrativas, da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e comercial.

29.5 - Para fins de recebimento do objeto, devem ser obedecidos os procedimentos descritos no edital.

29.6 - Os serviços executados serão recebidos pela SUCOP, em conformidade com as disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA FORÇA MAIOR

30.1 - Caso a CONTRATADA, por motivo de força maior, fique temporariamente impedida de cumprir, total ou parcialmente as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente a fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito. Nesta hipótese, o Contrato será interrompido enquanto perdurarem as causas e prolongando-se estas por mais de quinze dias, qualquer das partes poderá propor o distrato, ficando a CONTRATANTE obrigada ao pagamento da importância correspondente ao valor do serviço já executado.

30.2 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA não responderão entre si por atraso decorrente de força maior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 - Não se constituirá NOVAÇÃO o não exercício de qualquer direito previsto neste Contrato ou na Lei por parte da SUCOP. Permanecendo válidas e imutáveis todas as cláusulas e condições nele previstas e aceitas pelas partes contratadas.



CONTRATO N.º 020/2020 – EBISA – Fls. 12/13



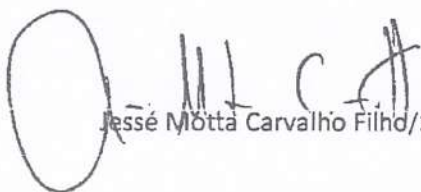
32.2 - Integram o presente Contrato, independente de transcrição: Proposta da Contratada, Edital de Licitação, sob a modalidade de Concorrência nº 001/2020, e o Procedimento Administrativo nº 2413/2019.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

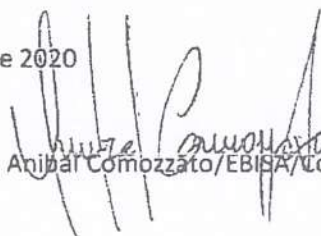
33.1 - As partes contratadas elegem o Foro desta Comarca como único competente para apreciar a dirimir as dúvidas e controvérsias porventura decorrentes da execução deste contrato, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

33.2 - E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um mesmo fim e efeito.

Salvador, 06 de julho de 2020



Jesse Motta Carvalho Filho/SUCOP/Contratante



Anibal Comozzato/EBISA/Contratada





**RESUMO DO 2º TERMO "EX OFFICIO" AO CONTRATO Nº 058/2020**

Resumo do 2º Termo "Ex Officio" ao Contrato nº 058/2020, celebrado em 27/01/2020 entre a PMS/Secretaria Municipal da Saúde e WGD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5568/2020

OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato de 26/07/2020 até 23/10/2020, cujo objeto é prestação de serviços médicos, para a execução das funções previstas no Termo de Referência do Edital do Chamamento Público nº 013/2019, para atuação nas unidades de Pronto Atendimento e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, no âmbito da Atenção Secundária à Saúde, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Salvador-BA, permanecendo o global estimado de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), mantendo-se as demais condições contratadas.

LEONARDO SILVA PRATES
Secretaria Municipal da Saúde

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2019

PROCESSO: Nº 15916/2019

DO CONTRATO: Acordam as partes em alterar lotação de USF Santa Mônica, Distrito Sanitário Liberdade, para UBS Péricles Esteves Cardoso, Distrito Sanitário Centro Histórico, permanecendo o valor mensal de R\$ 15.279,36 (quinze mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), e o valor global de R\$ 45.838,08 (quarenta e cinco mil oitocentos e trinta e oito reais e oito centavos).

CONTRATADA: HTMG MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 32.069.358/0001-67

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2020.

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93

RESPONSÁVEL LEGAL: André Ricardo Souza de Cerqueira

Salvador, 07 de julho de 2020.

LEONARDO SILVA PRATES
Secretaria Municipal da Saúde

RETIFICAÇÃO

Na AFM nº 0057/2020, Processo nº 5606/2019, publicada no DOM nº 7.568, de 08 a 10 de fevereiro de 2020, página 20. Material

ONDE SE LÊ:

AFM Nº: 0057/2020 - R\$ 291,72 - DATA DA ASSINATURA: 21/01/2020

LEIA-SE:

AFM Nº: 0507/2020 - R\$ 291,72 - DATA DA ASSINATURA: 21/01/2020

Salvador, 06 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

RETIFICAÇÃO

Na AFM nº 2727/2020, Processo nº 3641/2019, publicada no DOM nº 7.593, de 14 a 16 de março de 2020, página 18. Material

ONDE SE LÊ:

CONTRATADA: COSMETICOS SEGURANÇA EIRELI

LEIA-SE:

CONTRATADA: YM 8 COMERCIAL DE LIVROS, PRODUTOS DE PAPELARIA, LIMPEZA, INF COSMETICOS SEGURANÇA EIRELI

Salvador, 06 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

RETIFICAÇÃO

Na AFM nº 3456/2020, Processo nº 7974/2018, publicada no DOM nº 7.603, de 25 de março de 2020, página 17. Material

ONDE SE LÊ:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 250, 2331, 2494, 2329, 2493, - Elemento Despesas 33.90.30 - Fonte de recurso 014 (Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS).

LEIA-SE:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 250, 2331, 2494, 2329, 2493, 2501 - Elemento de Despesas 33.90.30 - Fonte de recurso 014 (Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS).

Salvador, 06 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

RETIFICAÇÃO

Na AFM nº 5271/2020, Processo nº 9040/2019, publicada no DOM nº 7.625, de 16 de abril de 2020, página 16. Material

ONDE SE LÊ:

PROCESSO: 9040/2019

LEIA-SE:

PROCESSO: 9040/2018

Salvador, 06 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN**Companhia de Desenvolvimento Urbano do Salvador - DESAL****RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO****CONTRATO Nº 08/2020**

CONTRATO Nº 08/2020

CONTRATANTE: DESAL - Companhia Desenvolvimento Urbano do Salvador

CNPJ: 63.242.473/0001-15

CONTRATADA: IRINEU DOS SANTOS DESINSETIZADORA EIRELI

CNPJ: 16.860.679/0001-29

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por redução, nos termos do Decreto Municipal nº 32.347/2020, da percentual de 30% (trinta por cento) do preço original do contrato.

BASE LEGAL: Lei 13.302/2016

DATA DA ASSINATURA: 06/07/2020

ASSINAM:

MARCÍLIO DE SOUZA BASTOS - DESAL

ISAAC LEMOS PEIXOTO FILHO - DESAL

IRINEU CRISTIANO DOS SANTOS CARDOSO - IRINEU DOS SANTOS DESINSETIZADORA EIRELI

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS - SEINFRA**Superintendência de Obras Públicas do Salvador - SUCOP****TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 009/2020**

Processo nº: 935/2020

Contrato nº: 029/2017

Objeto: Elaboração de Projetos e execução de obras de infraestrutura em área urbana para implantação do "Trecho 1" do Empreendimento "Corredores de Transporte Público Integrado de Salvador - Lapa/Lip"

Empresa: CONSÓRCIO BRT SALVADOR

Objeto: Reajuste das medições nºs: 1º, 2º e 4º do 2º Termo Aditivo.

MED Nº	PERÍODO	K=ÍNDICE REAJ.	VALOR REAJ. (R\$)
1º (2º TA)	DEZEMBRO/2019	7.9027%	479.425,32
2º (2º TA)	JANEIRO/2020	7.9027%	150.203,62
4º (2º TA)	MARÇO/2020	7.9027%	203.515,78

Amparo Legal: art. 40, inc. XI, art.55, inc. III e art. 65, II, d, §8º da Lei nº 8.666/1993, e arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR, em 06 de julho de 2020

JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO
Superintendente

RESUMO DO CONTRATO Nº 020/2020

Processo nº: 2413/2019

Concorrência nº: 001/2020

Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-CNPJ nº 10.635.089/0001-16

Contratada: EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA-CNPJ/MF nº 15.137.680/0001-67

Objeto: Execução dos serviços de manutenção de campos e quadras no Município de Salvador/BA, em áreas que compreendem as Prefeituras Bairros I, VIII e X, sob regime de empreitada, preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços, de acordo com sua proposta, Edital e seus anexos.

Valor global: R\$ 4.348.766,44 (quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)



As despesas correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da SUCOP-Recursos Tesouro Municipal, na Unidade Orçamentária: 61.40.02; Subação: 15.451.010.1107-Requalificação de Espaços Públicos; 15.451.010.1135-Construção e Recuperação de Prédios e Equipamentos Públicos; Natureza das Despesas: 4.4.90.51-Obras e Instalações; Fonte de Recursos: 0.1.00-Tesouro; 0.1.13-ODC Outorga Onerosa do Direito de Construir; 0.1.16-Contr. de Interv. do Domínio Econômico-CIDE; 0.1.24-Convênios; 0.1.30-Transf. do Fundo de Invest. Econômico Social-FIES; 0.1.42-Royalties/Fundo Esp. Petróleo/Comp. Finan. Exp. Rec. Minerais; 0.1.90-Operações de Crédito Internas; 0.1.91-Operações de Crédito Externas; 0.1.92-Alienação de Bens

Prazo de vigência: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data da assinatura da 1ª Ordem de Serviço/O.S.

Data de Assinatura do Contrato: 06/07/2020

Assinam: JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO-SUCOP e ANIBAL CAMOZZATO-EBISA

RESUMO DO 10º TERMO ADITIVO

CONTRATO nº 021/2018

Processo nº: 1085/2020

Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-CNPJ nº 10.635.089/0001-16

Contratada: METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-CNPJ/MF nº 07.478.417/0001-03

Objeto: O prazo previsto na cláusula vigésima do contrato original fica aditado em mais 30 (trinta) dias, com início em 01/07/2020 e término em 30/07/2020.

Base Legal: art. 57, §1º, II, Lei Federal nº 8.666/93

Data de Assinatura: 26/06/2020

Assinam: JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO-SUCOP e MAURO DE OLIVEIRA PRATES-METRO

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO nº 028/2019

Processo nº: 954/2020

Contratante: SUCOP-SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR-CNPJ nº 10.635.089/0001-16

Contratada: MB ENGENHARIA LTDA-CNPJ/MF nº 07.443.264/0001-69

Objeto: O prazo previsto na cláusula vigésima do contrato original fica aditado em mais 60 (sessenta) dias corridos, com início em 04/06/2020 e término em 02/08/2020.

Base Legal: art. 57, §1º, II, Lei Federal nº 8.666/93

Data de Assinatura: 03/06/2020

Assinam: JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO-SUCOP e AUGUSTA MARIA MIGUEL BARRETO-MB

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 011/2019

Fica rescindido de pleno direito, a partir de 28/01/2020, o Contrato nº 011/2019, originado da Concorrência nº 004/2019, Processo Adm. nº 370/2019, tendo como objeto a execução das obras de engenharia de Construção do Mercado de São Cristóvão, localizada na Av. Aliomar Baleeiro, Salvador/BA, firmado entre a SUCOP - Superintendência de Obras Públicas e a empresa a MEDEIROS SANTOS ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E PROJETOS LTDA, com base no art. 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Justificativa: Em razão do reconhecimento quanto a extinção do contrato pelo decurso do prazo de vigência em 27/01/2020.

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR, em 06 de julho de 2020.

JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Resumo de Apestitamento nº 006/2020, publicado no DOM nº 7.705, pág. 14, de 30/06/2020:

Onze-seis.

Objeto: Reajuste das medições do referido contrato, a partir de 07 de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019, pagas e não reajustadas, aplicando-se o fator de reajuste K=15,3834%, e com relação às medições a partir de 01 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, pagas e não reajustadas, aplicando-se o fator de reajuste K=20,0742%, conforme cálculos às fls. 62 e 63 dos autos.

Leit-seis.

Objeto: Reajuste das medições do referido contrato, a partir de 07 de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019, pagas e não reajustadas, aplicando-se o fator de reajuste K=15,3834%, e com relação às medições a partir de 01 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020, pagas e não reajustadas, aplicando-se o fator de reajuste K=20,0742%, conforme cálculos às fls. 62 e 63 dos autos.

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR, em 06 de junho de 2020.

JESSÉ MOTTA CARVALHO FILHO
Superintendente

EDITAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº 100/2020: Credenciamento de empresa especializada para fornecimento de lardamentos dos Agentes de comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de combate a endemias (ACE) da Secretaria Municipal da Saúde. As propostas deverão ser apresentadas até 48 horas a partir da publicação.

O processo administrativo nº 1633/2020 referente ao objeto da presente cotação encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 e-mail: sesup.sms3@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 06 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº 101/2020, contratação de empresa em Atenção domiciliar para Assistência de Fisioterapia Motora, visando atender a paciente E.G.M. durante o período de 12 (doze) meses. As propostas deverão ser apresentadas até às 10h:00min do dia 14 de julho de 2020. O processo administrativo nº 385/2020, objeto da presente cotação de preço encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 e-mail: sesup.sms3@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 07 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº 2384/2020: 80 Circuitos respiratório silicone Magnamed, 50 Sensores de fluxo adulto Magnamed e 20 Sensores de fluxo pediátrica Magnamed, para atender demanda COVID-19 da Rede Municipal de Saúde do Município de Salvador / BA. As propostas deverão ser apresentadas até 48h a partir da publicação.

O processo administrativo nº 11162/2020 referente ao objeto da presente cotação encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 e-mail: sesup.sms1@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 07 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº 2385/2020: 30 Pedestais para ventilador pulmonar com radiôles Magnamed e 20 Suportes parede para Ventilador pulmonar Magnamed, para atender demanda COVID-19 da Rede Municipal de Saúde do Município de Salvador / BA. As propostas deverão ser apresentadas até 48h a partir da publicação.

O processo administrativo nº 11162/2020 referente ao objeto da presente cotação encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 e-mail: sesup.sms1@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 07 de julho de 2020

PALOMA MENDES MENDONÇA
Coordenadora



SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO
Criado pelo art. 62 da Lei nº 3.601, de 18 de fevereiro de 1986

Órgão responsável
Gabinete do Prefeito

Rua Chile, nº 3 - Salvador - BA - Brasil
CEP: 40.020-000 - Tel.: 3202-6261/6262
www.salvador.ba.gov.br

Presidência do Município: Antonio Carlos Pinheiro da Mota
Chefe de Gabinete: Kátia Vinícius Moraes Lima
Coordenador de Assistência Social: Claudio Raphael Pereira Pinto
Secretário de Educação: Anderson das Neves Santos
Ouvidoria Geral do Município: Para registrar reclamações, denúncias, sugestões e propostas: 0800-010000 ou e-mail: ouvidoria@salvador.ba.gov.br
Diretoria de Planejamento e Gestão: Para solicitar serviços ou informações: 0800-010000 ou e-mail: planejamento@salvador.ba.gov.br
Diretoria de Meio Ambiente: Para solicitar informações, denúncias e sugestões: 0800-010000 ou e-mail: meioambiente@salvador.ba.gov.br

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SEMPRE Nº 20/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO SALVADOR, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE, E A EMPRESA EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, CNPJ Nº 15.137.680/0001-67.

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.927.801/0017-06, com sede à Av. Estados Unidos, nº 50, Ed. Sesquicentenário, 6º e 7º andares - Comércio, Salvador/BA, CEP 40.010-020, neste ato representada por seu Secretário, Sr. **CLISTENES BISPO**, brasileiro, residente e domiciliado em Salvador/BA, portador do RG nº 05.696.190-72 SSP/BA, inscrito sob o CPF nº 855.776.855-91, devidamente autorizado por Decreto Simples no DOM nº 7.889 de 04/01/2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, com firma estabelecida à Rua da Bolívia, nº 01, sala 21, Bairro Granjas Rurais Presidente Vargas, Salvador Bahia, CEP 41.230-195, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.137.680/0001-67, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. **ANIBAL CAMOZZATO**, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF/MF nº 012.981.015-06, denominada **CONTRATADA**, resolvem entre si celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020**, oriundo do Processo SUCOP nº 2.413/2019, referente a CONCORRÊNCIA nº 01/2020, em observância à Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 4.484/92 e Decreto Municipal nº 10.267/93, conforme o **Processo SEMPRE nº 162985/2021** e **Parecer Jurídico nº ____/2021 - RPGMS/SEMPRE**, com fundamento no art. 57, II da lei 8.666/93, sujeitando-se as cláusulas abaixo dispostas e condições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** da vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses relativo à contratação objeto é execução dos serviços de manutenção de campos e quadras no Município de Salvador/BA, em áreas que compreendem as Prefeituras Bairros I, VIII e X, sob regime de empreitada, preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços, de acordo com sua proposta, Edital, seus anexos e Planilha de Metafísica do 1º Termo Aditivo, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui, integralmente, fossem reproduzidos.



PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 20/2020, pelo período de 12 (doze) meses, compreendidos entre 04/09/2021 à 04/09/2022, de acordo com a CLAÚSULA VISÉSIMA (DO PRAZO DO CONTRATO) e CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA (DA VIGÊNCIA) do referido instrumento contratual, conforme art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor global da execução dos serviços prestados pela Contratada será de R\$ 5.430.804,23 (Cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e quatro reais e vinte e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 A dotação orçamentária para atender as despesas correrá à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, no corrente ano e correspondente nos exercícios subsequentes, da seguinte forma:

Projeto/Atividade: 27.812.0005.104501 – Revitalização e Requalificação de Equipamentos Esportivos e de Lazer

Natureza da Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações

Fonte: 0.1.00

CLÁUSULA QUINTA – DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

5.1 A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

(a) Para os efeitos desta cláusula:

- (i) “práticas de corrupção”¹ oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;

¹ “Terceiros” refere-se a um agente público que atua em um processo de licitações ou na execução do contrato. Neste contexto, “agente público” inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre licitações.

- (ii) **“prática fraudulenta”²** significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- (iii) **“prática colusiva”³** significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- (iv) **“prática coercitiva”⁴** significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- (v) **“prática obstrutiva”** é

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,

(bb) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos da Cláusula 09 abaixo.

(b) Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

² “Parte” refere-se a um agente público; os termos “benefício” e “obrigação” são relativos ao processo de licitações ou a execução do contrato; e o “ato ou omissão” objetiva influenciar o processo de licitação ou a execução do contrato.

³ “Partes” refere-se aos participantes do processo de licitação (incluindo os agentes públicos) que tentam estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

⁴ Uma “parte” refere-se a um participante no processo de licitação ou da execução do contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE

(d) Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado⁵ de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

5.2 Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

5.3 O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

5.4 O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Sub-cláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização dos serviços objeto do contrato caberá a Gerência de Manutenção – GMAN

6.2 A gestão do contrato caberá a Sucoordenadoria de Contratos e Convênios – SUCONT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA apresentará no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste termo aditivo, garantia numa das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 271.540,21 (Duzentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e um centavos)**, que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo para o período de 12 (doze) meses, sem prejuízo das demais disposições da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA GARANTIA DA EXECUÇÃO) do Contrato nº 20/2020.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

⁵ Um subcontratado designado, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviços (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital da licitação) é que qualquer um que tenha sido: (i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta ele porque traz experiência específica e know-how que são considerados na avaliação da pré-qualificação do licitante ou da sua proposta; ou (ii) indicado pelo mutuário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE

8.1 A publicação resumida deste Termo Aditivo na imprensa oficial, que é a condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para correr no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA NONA- DA RATIFICAÇÃO

9.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, que não se conflitarem com o presente Termo Aditivo, ficam integralmente ratificadas e plenamente vigentes, conforme o Contrato nº 20/2020, do qual o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

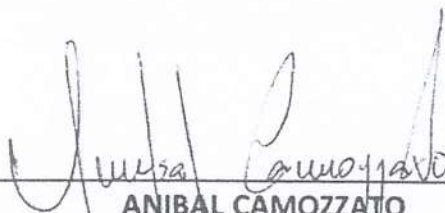
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador - BA, 03 de setembro de 2021.



CLISTENES BISPO
SECRETÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE
À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE



ANIBAL CAMOZZATO



EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA
CNPJ nº 15.137.680/0001-67

Testemunhas:

CPF.:

CPF.:

RECEBEMOS DE SCANIA LATIN AMERICA LTDA. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO		NF-e
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 1464580
		SÉRIE 11

 SCANIA LATIN AMERICA LTDA. AV. JOSE ODORIZZI, 151 VILA EURO-SAO BERNARDO DO CAMPO-SP Fone: 000(011)4344-9333 Cep: 09.810-902	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1 1-SAÍDA 1 Nº 1464580 SÉRIE 11 FL 1/2	 CHAVE DE ACESSO 3515 0459 1049 0100 0176 5501 1001 4645 8014 3071 6300 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
	NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO INSCRIÇÃO ESTADUAL 635010727112 INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. CNPJ 59.104.901/0001-76	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ/CPF/ID Estrangeiro	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL EBISA ENG BRAS IND E SANEAMENTO LT		15.137.680/0001-67	30/04/2015
ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
RUA ZAIRE, S/N, LOT.GRJS.RUR PRES VAR	CAMP. DE PIRAJA	41.230-060	30 ABR 2015
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
SALVADOR	BA	000648796	

FATURA / DUPLICATA	
--------------------	--

CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS
306.264,00	21.438,48
BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
0,00	0,00
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
306.264,00	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO
0,00	0,00
DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00
VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	306.264,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS	
NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA
ABC CARGAS LTDA.	1 - Dest/Rem
ENDEREÇO	CÓDIGO ANTT
ESTRADA DOS CASAS, 4721	PLACA DO VEÍCULO
MUNICÍPIO	UF
SAO BERNARDO DO CAMPO	SP
QUANTIDADE	ESPÉCIE
1	UNIDADE
MARCA	NUMERAÇÃO
SCANIA	
PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
8.975,000	8.975,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CTOP	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI
77008	CAMINHÃO TRATOR / P 360 A6X2	87012000	500	6101	UN	1,0000	306.264,0000	306.264,00	306.264,00	21.438,48	7,00
Distância entre eixos: 0350 / Cor: COR CABINA PRATA ARTICO / Ano de fabricação: 2015 / Modelo: 2015 / Marca modelo: 315672 / Chassi: 9BSP6X200F3875306 / Motor: 8262845 / Peso bruto: 8.9750 / Peso líquido: 8.9750 / Potência: 0360 / Cilin: 0360 / Série: 9BSP6X200 / Tipo de combustível: 03 / Capacidade máxima de tração: 78.0000. Conforme o Decreto n 8264/2014, valor aproximado dos Tributos: Federais 23246,66, Estaduais 21438,48 e Municipais 0,00.											

CÁLCULO DO ISSQN	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
3650	
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
------------------	--

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES O download do XML desta Nfe, e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso, esta disponível em www.scania.com.br . #PEDIDO: 449525 CLIENTE: 69346 SOLICITANTE: COD FINAME 2940316 PAGAMENTO: CONTRA APRES: FINAME 701/3014V/DECLARAMOS PARA FINS DE EMISSÃO DO CERTIFICADO DE PROPRIEDADE: O PRODUTO DESTA N. FISCAL, SEM NOSSA RESPONSABILIDADE SERA FINANCIADO PE LO ESQUEMA FINAME E DADO EM GARANTIA POR ALIENACAO FIDUCIARIA A FAVOR DE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (ART.66 DA LEI 4728 DE 14.07.65 ALTERADO PELO DL 911 DE 01.10.69). #VEIC.EQUIP.COM: 1 TQ.COMB.AL 440L + 1 TQ.COMB.AL 330L PESO EM CARGA MAXIMA: 23.000 TON. COMBUSTIVEL: DIESEL P.A.C / PROPOSTA 094498 CAIXA ECONOMICA FEDERAL agencia das Mercês/Ba dados bancarios da Scania Banco Itau S/A Agencia: 0910 Conta Corrente: 00624 6 Favorecido: Scania Latin America Ltda CNPJ.: 59.104.901/0001-76 DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE VENDEMOS AO DESTINATARIO ACIMA IDENTIFICADO, O VEICULO CONSTANTE DESTA NF SEM RESERVA DE DOMINIO/IPI ALIQUOTA 30% CONFORME DECRETO 7879/2012. CREDITO PRESUMIDO DO IPI CONFORME DECRETO 7819.	RESERVADO AO FISCO
--	--------------------

RECEBEMOS DE MOTIVA MAQUINAS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N. 000043910 SÉRIE 21

Identificação do emitente MOTIVA MAQUINAS LTDA CNPJ: 12.029.427/0001-00 RODOVIA BR 324, SN, SN Complemento: KM 619 N 9287 PIRAJA Cep: 41290-550 SALVADOR/BA Fone: 7121019200	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 000043910 SÉRIE 21 FOLHA 01/01	 CHAVE DE ACESSO DA NF-E 2913 1212 0294 2700 0100 5502 1000 0439 1010 0078 2337 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada
---	--	--

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MAQUINAS NOVAS COM REDUCAO DE BASE CALCULO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 129130112245317 30/12/2013 11:02:50
---	--

INSCRIÇÃO ESTADUAL 25223529	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 12.029.427/0001-00
--------------------------------	--------------------------------	----------------------------

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DE EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA IND LTDA		15.137.680/0001-67	30/12/2013
ENDEREÇO RUA DO ZAIRE SN LOT GRANJA RURAL PRÉS	BAIRRO/DISTRITO CAMPINAS DE PIRAJA	CEP 41230-050	DATA ENTRADA/SAÍDA 30/12/2013
MUNICÍPIO SALVADOR	FONE/FAX 7121035300	UF BA	HORA ENTRADA/SAÍDA 11:00:00
FATURA			

01A0000439101 29/01/2014 51.700,00	01A0000439102 29/01/2014 465.300,00
------------------------------------	-------------------------------------

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 364.950,30	VALOR DO ICMS 62.041,55	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 517.000,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 517.000,00



TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 2-TERCEIROS	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
------------	---------	-------	-----------	------------	--------------

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO													
COD. PROD	DESCRIÇÃO DO PROD/SERV.	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	V.UNITARIO	V.TOTAL	BC.ICMS	V.ICMS	V.IPI	A.ICMS	A.IPI
E00124000001	PN: G930 - MOTONIVELADORA G930 - Serie: 502957 MOTONIVELADORA MARCA VOLVO, MODELO G930, SOBRE RODAS PNEUMATICAS, COM MOTOR DIES EL VOLVO MODELO D7E, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, SOB PEDIDO MTV13/245, AN O 2013.	84292090	020	5102	UN	1,00	517.000,0000	517.000,00	364.950,30	62.041,55	0,00	17,00%	0,00%

CÁLCULO DO ISSQN		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 05868500181				

DADOS ADICIONAIS	RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Protocolo: 129130112245317 ALIENACAO FIDUCIARIA AO BANCO VOLVO DO BRASIL S/A CONTRATO/LIB: 0000320545 / 001 PROPOSTA: 110869/3 PAC: 41742 SERIE: VCE0G930J00502957 Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 136126,10 (26,33%) Fonte: IBPT	

VOLVO

VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.

NOTA FISCAL - FATURA

Nº

☒ Saída ☐ Entrada

019077

Endereço: Praça Eugene Bradley Clark 0-1915
Bairro / Distrito:
Município: Pedernópolis
Fone: 0xx14 2521622 Fax: 0xx14 2521885

U.F.: SP
CEP: 17280-000

SÉRIE 2

Natureza da Operação 4 - Venda a prazo a industria	CFOP 611	Inscrição Estadual Substituto Tributário	CNPJ 43.999.424/0009-71	1ª Via Destinatário / Remetente
Destinatário / Remetente Nome / Razão Social EDISA-ENGENHARIA BRASILEIRA IND. E SANEAMENTO S.A	255990	CNPJ / CPF 15.137.680/0001-67	INSCRIÇÃO ESTADUAL 515.009.244.117	Data Limite p/ Emissão 00.00.00
Endereço GRANJAS RURAIS PRES. VARGAS, KM 8 BR 324	Bairro / Distrito	CEP 41290-000	Data de Emissão 31/10/2002	Data de Saída / Entrada 31/10/2002
Município SALVADOR	Fone 0713922223	Fax	U.F. BA	Inscrição Estadual 00.648.796 EP
Fatura (Parcela, Valor, Vencimento) 019077 230.186,62 30/11/2002	Hora da Saída 11:00			

Cód. Produto	Descrição dos Produtos	Cód. Fiscal	Sit. Trib.	Un.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	ICMS	% IPI	Valor IPI
	TRATOR ESCAVO CARREGADOR (PA-CARREGADEIRO) SOBRE RODAS PNEUMATICAS, MARCA "VOLVO" MOD. L300, SERIE AL2000700910, COM MOTOR DIESEL MARCA VOLVO MOD. 1963KDE COM 153 HP TRANSMISSAO MARCA VOLVO MOD. HT131, EQUIPADA COM CABINE FECHADA C/AR CONDICIONADO, PNEUS 20,5 X 25 MOD L3 16 LOMAS, RODAS MULTIPIECAS CONJUNTO DE ACIONAMENTO COM CACANDA P.ON, CAPACIDADE 2,6 M3 LAMINA RETA COM DENTES, ALARME DE RE, ACOMPANHA MANUAIS DE PECAS E OPERACAO.	0429.51.90	000	UN	1	219.225,36	219.225,36	12	5	10.961,26
	COMPOSTA P/VARIANTES: 80200 80322 80503 90 007 93477 93482 93782 93865 93915 93926 92 487 94998 93865 92338									
	S/PEDIDO: 502 M/MR. 210383 "PRODUTOS MARCA: VOLVO" "PRODUTOS COM GARANTIA DE FABRICACAO"									
PC. 2354 ome										
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS FISCALIZACAO 111102 0672-6 22136387784										
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS FISCALIZACAO 001102 0758-5 121102 152-2 20356386832										
posto sobre Serviços										
Valor do Serviço										
Alíquota ISS										
Valor do ISS										
Básico do Imposto										
Base de Cálculo do ICMS										
Valor do ICMS										
Base de Cálculo do ICMS Substituição										
Valor do ICMS Substituição										
Valor Total dos Produtos										
Valor do Seguro										
Outras Despesas Acessórias										
Valor Total do IPI										
Valor Total da Nota										

Transportadora / Volumes Transportados SAULO TRANSPORTES LTDA.		Frete por Conta 1 - Emissor 2 - Destinatário	Placa do Veículo	U.F.	CNPJ / CPF
Endereço RUA CLUBE DAS VIOLETAS, 121 JD. INDL.		Município CONTAGEN		U.F. MG	01.579.273/0001-03
Quantidade	Espécie	Marca	Número	Peso Bruto	Peso Líquido
				12.900,000	12.900,000
Informações Adicionais					
Informações Complementares					
LIQUOTA DE ICMS CONFORME ARTIGO 54, INCISO V DO REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO 54.490 DE 30/11/2000, COMPLEMENTADA PELA RESOLUCAO SF-4, DE 16/01/98.					
Reservado ao Fisco					
TRANSPORTE: RODOVIA					
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS FISCALIZACAO 111102 1744-7 171012					
TERCEIRO OFÍCIO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO					
TERESA CRISTINA DE SOUSA					
Nota Fiscal - Fatura SÉRIE 2					
Nº					

**BAMAQ SA BANDEIRANTES
MAQUINAS EQUIPAMENTOS**

RODOVIA FERNAO DIAS, 2111BR 381

BANDEIRANTES - CONTAGEM - MG

CEP 32240-090
3369-1040 / 3369-1091**DANFE**
DOCUMENTO
AUXILIAR DA NOTA
FISCAL
ELETRÔNICA
0 - ENTRADA 1
1 - SAÍDA
No 434
SÉRIE 0
FOLHA 1 de 1

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA MERCAD.DEST.NAO CONTRIB.		CHAVE DE ACESSO 3109 0918 2099 6500 0154 5500 0000 0004 3470 5547 5111
INSCRIÇÃO ESTADUAL 1861400080005	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTARIO	CNPJ 18.209.965/0001-54

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA INDUSTRIA E SANEAMENTO S/A		CPF / CNPJ 15.137.680/0001-67	DATA DA EMISSÃO 09/09/2009
ENDEREÇO R DO ZAIRE 0 S/NR.LOT.GRANJAS RUR	BAIRRO / DISTRITO CAMPINAS DE PIRAJA	CEP 41230-060	DATA DA ENTRADA / SAÍDA
MUNICÍPIO SALVADOR	FONE / FAX 2103-5300 / 2103	U.F. BA	INSCRIÇÃO ESTADUAL 00648796
		HORA DE SAÍDA	

FATURA / DUPLICATA**CALCULO DO IMPOSTO**

BASE DE CALCULO DO ICMS 445.000,00	VALOR DO ICMS 53.400,00	BASE DE CALCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 445.000,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR IPI 0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA 445.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - EMISSOR 1 - DESTINATÁRIO 0	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 0	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0	PESO LÍQUIDO 21.575,00	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNIDADE	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	B.CALC. ICMS	V. ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS IPI
	ESCAVADEIRA HIDRAULICA MARCA NEW HOLLAND, MODELO E215B.ME NOVA DE FABRICA DE FABRICAÇÃO NACIONAL COMBUSTIVEL DIESEL, COR AMARELO, CLASSIFICAÇÃO FISCAL 84295219. CHASSI: N8AA05534 MOTOR: 6017794- CODIGO FINAME 240.119-2 CONDICÕES DE PAGAMENTO: R\$445.000,00 C/APRESENTAÇÃO ALIEAÇÃO FIDUCIARIA A FAVOR DO BANCO ITAU S/A ORÇAMENTO/PEDIDO 075/09 PROPOSTA/PAC 348100/09	84295290	000	6108	UN	1,00	445.000,00	445.000,00	445.000,00	53.400,00	0,00	12,00 0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS 0,00	BASE DE CALCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN 0,00
---------------------	----------------------------------	--------------------------	------------------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
PEDIDO: 120603-0
P. PAGTO:
VENDEDOR: 2 - VENDAS INTERNAS
COD. CLIENTE: 15137680000167
CNO: 512215-VENDAS MAQS.NOVAS 12%
PIS/COFINS ALIQ. RED. ZERO CF LEI 10.485/02 ART.3, PARAG. 2.
ICMS ALIQ. REDUZIDA P/ 12% CONF. ART.42 - INC. 1 - ALÍNEA B.3 - ANEXO XII - DECR. 43082/02 - RJCMS

Hora Emissão: 12:49:08



BRAVO

Bravo Caminhões e Empreendimentos Ltda.
Rod. BR 324, nº 8.890 - KM 8,5
Pirajá - Salvador - BA - Cep: 41305-280
Fone: (71) 3390-9600 - Fax: (71) 3392-0602 / 0606
E-mail: bravo@bravocm.com.br

**NOTA FISCAL FATURA**☒ SAÍDA☐ ENTRADA

Nº

1 103354

CÓDIGO DE SEGURANÇA: M7G3.L6N2.K7E5.K2U1

SÉRIE 1

CNPJ
00.251.951/0001-33INSCRIÇÃO ESTADUAL
40.395.360-NO1ª VIA
REMETENTE/
DESTINATÁRIODATA LIMITE PARA
EMIÇÃO 08/06/2007

DATA DA EMISSÃO

31/01/2006

DATA DA SAÍDA / ENTRADA

31/01/2006

HORA DA SAÍDA

19:35:00

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA VEICULO D/E

CFOP

5.102

INSC. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

40.395.360-NO

DESTINATÁRIO / REMETENTENOME / RAZÃO SOCIAL
EBISA ENGA. BRAS. IND. E SANEAMENTO S/A

CNPJ / CPF

00432

15.137.690/0001.67

ENDEREÇO
R.do Zaire, Lt. Granjas Rurais Pres. Vargas S/N

BAIRRO / DISTRITO

Camp. de Piraja

CEP

41230 060

MUNICÍPIO
SALVADOR

FONE / FAX

(071) 2103.53.00

UF

BA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

00648796

FATURA

528867

A	B	C	D	E	F	G	H
02/02/2006	148.000,00						
31/02/2006	15.800,00						

DADOS DO PRODUTO

CODIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	S.T	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	ICMS
CHASSI	9BW2NE2T26R608483 VEICULO NOVO - MARCA: VOLKSWAGEN CAMINHÕES ANO FAB./MOD.: 2005/2006 Comb.: DIESEL COR: 383 BRANCO GEADA ADQUIRIDO DE VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA-IND. VEIC. AUTOM VEICULO MARCA VOLKSWAGEN TIPO 24250E-CUM MOTOR CUMMINS CATALOGO: 2TRAMP RENAVAM: 339044-02 FBT: 23000KG DIST. E. EXOS: 6024 C/ 3 EXOS Veiculo Faturado com Alienação Fiduciária a favor de: BANCO BRADESCO S.A PROP.: 41/F00718 CST: 000 TRANSP.: 0 MESMO CLAS. FISCAL: 8704.23.10 COD. FINAME: 195584-7 Aliquota ICMS 12% (doze por cento) conforme Art 51 Inciso III Alínea A do Dec. 6.284/97 do RICMS-BA.	000	UN	1,00	158.000,00	158.000,00	12,0

VEICULO ENCONTRA-SE NO PÁTIO DESTA EMPRESA
DEVENDO SER EMPLACADO NO PRAZO DE 5 DIAS
CONSECUTIVOS, SUIEITO A MULTA APÓS O VENCIMENTO
CTB ARTIGO 230 INCISO V
SALVADOR, 03/02/06
BRAVO CAMINHÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL

VB. 3247				PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
BASE DE CÁLCULO ISS	ALÍQUOTA	VALOR TOTAL ISS	INSC. MUNIC. EMITENTE	INSC. MUNIC. DESTINATÁRIO	
			105.470/001-65		

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
158.000,00	18.960,00			158.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
				158.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL			FRETE P/ CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO <input type="checkbox"/>	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO			MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

DADOS ADICIONAIS

COND. DE PAGAMENTO: 03- Caminhões Novos..... 5 FROTISTA		RESERVADO AO FISCO	Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 110098
ORDEN FATURAMENTO No.: 02357			
MOD.: 2TRANVERSAO: 2TRAN9COD. INT.: 002799			
CÓDIGO VENDEDOR	NÚMERO DO PEDIDO		



4ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas ("Sócios"),

(I) **ESPÓLIO DE MARCOS JOSÉ RAMOS SOUZA**, neste ato representado por sua inventariante, **Thaís Almeida Souza**, brasileira, nascida em 20/01/1989, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, internacionalista, inscrita no CPF/ME sob o nº 043.723.275-10, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11211382-68 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Santa Luzia, 400, apt. 402, Horto Florestal, CEP 40.295-050;

(II) **MARIA CAROLINA SOUZA CAMOZZATO**, brasileira, nascida em 11/05/1956, divorciada, advogada, inscrita no CPF/ME sob o nº 163.215.615-68, portadora da Cédula de Identidade RG nº 01.056.849-29 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, 2125 Edif. Torre Barcelona, apt. 2002, Corredor da Vitória, CEP 40.080-002; e

(III) **HORTÊNCIA MARIA RAMOS SOUZA**, brasileira, nascida em 22/09/1964, divorciada, pedagoga, inscrita no CPF/ME sob o nº 341.518.855-87, portadora da Cédula de Identidade RG nº 01.703.639-96 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua da Graça, 411, Ed. José Maria de Magalhães Neto, apt. 1601, Graça, CEP 40.150-055;

Sócios que representam 100% do capital social da **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Rua da Bolívia, 01, Loteamento Granjas Rurais Presidente Vargas, sala 21, Bairro Granjas Rurais Presidente Vargas, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.230-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.137.680/0001-67 e com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29203826102 ("Sociedade"), resolvem proceder com a alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

I. ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

1.1. Os Sócios, neste ato, decidem destituir os administradores da Sociedade, o Sr. **Aníbal Camozzato**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/ME sob o nº 012.981.015-06, residente e domiciliado na Av. Sete de Setembro, 1.942, Ed. Pedra da Vitória, ap. 503, Salvador - BA, CEP 40080-004 e o Sr. **Bruno Camozzato**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06910523-52 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 011.849.025-

Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





77, residente e domiciliado na Av. Sete de Setembro, 1.942, Ed. Pedra da Vitória, ap. 1.002, Salvador - BA, CEP 40080-004, dos seus respectivos cargos de administrador da Sociedade.

1.2 Ato contínuo, os Sócios decidem nomear o **Sr. Marcelo da Costa e Silva Franco**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 05806934-81, inscrito no CPF/ME sob o nº 770.129.335-34, residente e domiciliado em Largo do Campo Grande, 184, apt. 2201, Campo Grande, Salvador - BA, CEP 40080-121 e o **Sr. Rafael Costa Meireles**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06355520-43, inscrito no CPF/ME sob o nº 900.978.905-53, residente e domiciliado na Avenida Alphaville, nº 401, apto. 1304, Alphaville, Salvador - BA, CEP 41.701-015, para ocuparem o cargo de administradores da Sociedade, com mandato pelo prazo de 3 (três) anos.

1.2.1 Os administradores ora eleitos expressamente declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de administrar a Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência ou contra as relações de consumo, fê pública, ou de propriedade, nos termos do artigo 1.011, parágrafo 1º, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada e em vigor.

1.3 Os Sócios decidem alterar as regras de representação da Sociedade, que passará a ser exercida por 2 (dois) administradores, em conjunto.

1.4 Os Sócios decidem restringir os poderes de representação dos administradores da Sociedade, de modo que a prática dos seguintes atos dependerá de aprovação previa de sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade: (i) contratação de dívida, inclusive operações de mútuo, entre sociedades do Grupo Ebisa, independentemente do valor; (ii) compra e venda de bens imóveis em valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e (iii) prestação de garantias, independentemente de valor.

1.5 Tendo em vista as deliberações acima, os Sócios decidem também reformular contrato social da Sociedade, de modo a alterar a redação do *caput* e Parágrafo 1º da Cláusula 7ª, bem como criar novo Parágrafo 2º, renumerando os parágrafos subsequentes da Cláusula 7ª, a qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA 7ª. A administração da Sociedade é exercida pelos administradores não sócios MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 05806934-81, inscrito no CPF/ME sob o nº 770.129.335-34, residente e domiciliado em Largo do Campo Grande, 184, apt. 2201, Campo Grande, Salvador - BA, CEP 40080-121 e o RAFAEL COSTA MEIRELES, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06355520-43, SSP BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 900.978.905-53, residente e

Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





domiciliado na Avenida Alphaville, nº 401, apto. 1.304, Alphaville, Salvador - BA, CEP 41.701-015, administradores sem designação específica, com mandato pelo prazo de 3 (três) anos contados de sua nomeação, observadas as regras e condições abaixo:

PARÁGRAFO 1º Caberá aos administradores **MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO** e **RAFAEL COSTA MEIRELES**, sempre mediante atuação conjunta e observadas as restrições previstas no Parágrafo 2º abaixo, a prática de todos e quaisquer atos necessários à administração da Sociedade, incluindo, mas não se limitando à prática dos seguintes atos: celebrar contratos, transigir, renunciar, nomear e destituir mandatários, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, emitir e endossar cheques, movimentar contas bancárias, aceitar duplicatas, endossar e assinar papéis de comércio, emitir promissórias e outros títulos, sacar letras de câmbio, avais, alienação e hipoteca de bens imóveis ou quaisquer bens patrimoniais, conceder bens em garantia em favor de terceiros, contrair ou contratar empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e todos os atos necessários à execução do objetivo social, autorizado o uso do nome empresarial.

PARÁGRAFO 2º Fica desde já estabelecido e acordado que as seguintes matérias dependerão de aprovação prévia de sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade: (i) contratação de dívida, inclusive operações de mútuo entre sociedades do Grupo Ebsa, independentemente do valor; (ii) compra e venda de bens imóveis em valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e (iii) prestação de garantias, independentemente de valor.

PARÁGRAFO 3º A Sociedade poderá abrir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior, mediante deliberação de, no mínimo, 2 (dois) administradores.

PARÁGRAFO 4º Observadas as restrições do Parágrafo 2º acima, a Sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: (i) em conjunto por 2 (dois) administradores; (ii) em conjunto, por qualquer um dos administradores e um procurador, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato; ou (iii) em conjunto, por 2 (dois) procuradores, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato.

PARÁGRAFO 5º Todos os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade deverão ser assinados conjuntamente por 2 (dois) administradores e terão prazo de vigência limitado a 1 (um) ano, com exceção dos mandatos judiciais, que poderão ser outorgados por prazo de vigência ilimitado.

PARÁGRAFO 6º É lícito à Sociedade nomear não sócio para exercer a sua administração



PARÁGRAFO 7º A eleição de novos administradores e a destituição dos atuais administradores dependerão da expressa aprovação de sócios titulares de quotas representando a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 8º Os administradores recebem remuneração a título de pró-labore, conforme fixada pelos Sócios.

2. DA CONSOLIDAÇÃO

2.1 Em razão das deliberações acima, os Sócios decidem alterar a redação do Contrato Social, a fim de refletir as alterações acima, que passará a vigorar com a nova redação a seguir:

"CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA.

CNPJ/ME 15.137.680/0001-67

NIRE 29.203.826.102

(I) **ESPÓLIO DE MARCOS JOSÉ RAMOS SOUZA**, neste ato representado por sua inventariante, **Thaís Almeida Souza**, brasileira, nascida em 20/01/1989, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, internacionalista, inscrita no CPF/ME sob o nº 043.723.275-10, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11211382-68 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Santa Luzia, 400, apt. 402, Horto Florestal, CEP 40.295-050;

(II) **MARIA CAROLINA SOUZA CAMOZZATO**, brasileira, nascida em 11/05/1956, divorciada, advogada, inscrita no CPF/ME sob o nº 163.215.615-68, portadora da Cédula de Identidade RG nº 01.056.849-29 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, 2125 Edif. Torre Barcelona, apt. 2002 Corredor da Vitória, CEP 40.080-002; e

(III) **HORTÊNCIA MARIA RAMOS SOUZA**, brasileira, nascida em 22/09/1964, divorciada, pedagoga, inscrita no CPF/ME sob o nº 341.518.855-87, portadora da Cédula de Identidade RG nº 01.703.639-96 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua da Graça, 411, Ed. José Maria de Magalhães Neto, apt. 1601, Graça, CEP 40.150-055;

únicos sócios da **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Rua da Bolívia, 01, Loteamento Granjas Ruais Presidente Vargas, sala 21, Bairro Granjas Ruais Presidente Vargas, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.230-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.137.680/0001-67 e com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29.203.826.102 ("Sociedade"), resolvem alterar e consolidar o contrato social da Sociedade, de acordo com os seguintes termos e condições:

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





CLÁUSULA 1ª. A Sociedade tem a denominação **EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA.**, rege-se pelo presente Contrato Social e, nos casos omissos, pela legislação em vigor, incluindo o Código Civil referente às sociedades limitadas, e, supletivamente, no que couber, pela Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA 2ª. A Sociedade tem sede na Rua da Bolívia, 01, Loteamento Granjas Rurais Presidente Vargas, sala 21, Bairro Granjas Rurais Presidente Vargas, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.230-195.

CLÁUSULA 3ª. São objetivos da Sociedade: construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto, construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; construção de redes de transportes por dutos, obras de terraplenagem, tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, coleta de resíduos não-perigosos; incorporação de empreendimentos imobiliários; construção de rodovias e ferrovias; construção de obras de artes especiais; obras de urbanização, ruas, praças e calçadas, obras portuárias, marítimas e fluviais; obras de montagem industrial, obras de engenharia civil; serviços de preparação do terreno; instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; serviços de engenharia; compra e venda de imóveis próprios; aluguel de imóveis próprios, loteamento de imóveis próprios, administração de obras, construção de edifícios, associação com terceiros, congêneres ou não, bem como, participar de qualquer empresa como quotista, acionista ou em consórcio em outras sociedades, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador.

CLÁUSULA 4ª. A Sociedade iniciou suas atividades em 03/12/1953 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), dividido em 25.000.000 (vinte e cinco milhões) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os Sócios:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Espólio de Marcos José Ramos Souza	9.355.000	9.355.000,00	37,34
Maria Carolina Souza Camozzato	7.832.500	7.832.500,00	31,33
Hortência Maria Ramos Souza	7.832.500	7.832.500,00	31,33
Total	25.000.000	25.000.000,00	100,00

Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





CLÁUSULA 6ª. Cada quota dará direito a um voto nas reuniões de sócios. As deliberações serão tomadas por quotas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma do Capital Social, exceto se disposto de outra forma no presente Contrato Social.

PARÁGRAFO 1º A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO 2º É vedada a cessão ou transferência de quotas dos Sócios para terceiros estranhos à Sociedade sem o prévio consentimento dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA 7ª. A administração da Sociedade é exercida pelos administradores não sócios **MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 05806934-81, inscrito no CPF/MF sob o nº 770.129.335-34, residente e domiciliado em Largo do Campo Grande, 184, apt. 2201, Campo Grande, Salvador - BA, CEP 40080-121 e o **RAFAEL COSTA MEIRELES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06355520-43, inscrito no CPF/MF sob o nº 900.978.905-53, residente e domiciliado na Avenida Alphaville, nº 401, apto. 1.304, Alphaville, Salvador - BA, CEP 41.701-015, administradores sem designação específica, pelo prazo de 3 (três) anos, observadas as regras e condições abaixo.

PARÁGRAFO 1º Caberá aos administradores **MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO** e **RAFAEL COSTA MEIRELES**, sempre mediante atuação conjunta e observadas as restrições previstas no Parágrafo 2º abaixo, a prática de todos e quaisquer atos necessários à administração da Sociedade, incluindo, mas não se limitando à prática dos seguintes atos: celebrar contratos, transigir, renunciar, nomear e destituir mandatários, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, emitir e endossar cheques, movimentar contas bancárias, aceitar duplicatas, endossar e assinar papéis de comércio, emitir promissórias e outros títulos, sacar letras de câmbio, avais, alienação e hipoteca de bens imóveis ou quaisquer bens patrimoniais, conceder bens em garantia em favor de terceiros, contrair ou contratar empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e todos os atos necessários à execução do objetivo social, autorizado o uso do nome empresarial.

PARÁGRAFO 2º Fica desde já estabelecido e acordado que as seguintes matérias dependerão de aprovação prévia de sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do

Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





capital social da Sociedade: (i) contratação de dívida, inclusive operações de mútuo, entre sociedades do Grupo Ebisa, independentemente do valor; (ii) compra e venda de bens imóveis em valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e (iii) prestação de garantias, independentemente de valor.

PARÁGRAFO 3º

A Sociedade poderá abrir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior, mediante deliberação de, no mínimo, 2 (dois) administradores.

PARÁGRAFO 4º

Observadas as restrições do Parágrafo 2º acima, a Sociedade considerará-se obrigada quando representada: (i) em conjunto por 2 (dois) administradores; (ii) em conjunto, por qualquer um dos administradores e um procurador, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato; ou (iii) em conjunto, por 2 (dois) procuradores, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato.

PARÁGRAFO 5º

Todos os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade deverão ser assinados conjuntamente por 2 (dois) administradores e terão prazo de vigência limitado a 1 (um) ano, com exceção dos mandatos judiciais, que poderão ser outorgados por prazo de vigência indeterminado.

PARÁGRAFO 6º

É lícito à Sociedade nomear não sócio para exercer a sua administração.

PARÁGRAFO 7º

A eleição de novos administradores e a destituição dos atuais administradores dependerão da expressa aprovação de sócios titulares de quotas representantes a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 8º

Os administradores recebem remuneração a título de pró-labore, conforme fixada pelos Sócios.

CLÁUSULA 8ª. Os Sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentadas pertinentes.

CLÁUSULA 9ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos Sócios na proporção de

Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

PARÁGRAFO ÚNICO É lícito aos Sócios antecipar a distribuição do lucro, tomando como base balanços trimestrais.

CLÁUSULA 10ª. Falecendo ou interditado qualquer Sócio, a Sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo desses ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, caso não coincida com o mês de levantamento do Balanço anual, em 10 (dez) parcelas mensais de igual valor.

PARÁGRAFO ÚNICO O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação a um Sócio.

CLÁUSULA 11ª. Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrar-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA 12ª. A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação elegendo o liquidante e o respectivo Conselho Fiscal, pelo prazo da liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CLÁUSULA 13ª. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece Salvador – BA.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Salvador, 25 de maio de 2022.
(página de assinaturas a seguir)



Página 1 de 1 - Instrumentos de 4 - Alteração do Contrato Social da Ebita Engenharia Brasileira
Indústria - Saneamento Ltda - 22 de maio de 2022

Sócios:

6º OFÍCIO

ESPÓLIO DE MARCOS JOSÉ RAMOS
SOUZA

por Thais Almeida Souza

MARIA CAROLINA SOUZA
CAMOZZATO

6º OFÍCIO

HORTÊNCIA MARIA RAMOS SOUZA



Administradores nomeados:

MARCELO DA COSTA E SILVA
FRANCO

RAFAEL COSTA MEIRELES

Administradores destituídos:

ANÍBAL CAMOZZATO

BRUNO CAMOZZATO

Testemunhas:

Nome:
CPF-ME

BRA

Nome:
CPF-ME

016229/MR

Embaixada do Brasil em Luanda
Solicitação nº 419.4.220525-000001

20,00

Reconheço verdadeira, por autenticidade, a assinatura neste documento de Marcelo da Costa e Silva Franco - ADMINISTRADOR, residente em LUANDA - Angola. E para constar onde convier, mando passar o presente, que assinar e fixar selar com o selo desta Embaixada.

BRASIL, 14 de maio de 2022
MMA - 4022 - 121

Luanda, vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e dois
(25/05/2022)

ELISABETH SILVA QUEIRÓS
Vice-Consul

Tratamento e autenticação da assinatura conforme o acordo com o art. 11, § 1º do Dec. nº 742/2016.
A presente lei não implica aceitação do teor do documento.

6º TABELIONATO DE NOTAS
Rec de Firms no Verso

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

14/06/2022





ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85159902555-ANA BEATRIZ MIGUEL HESS

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de
PHAIS ALMEIDA SOUZA.....
HORTENCIA MARIA RAMOS SOUZA.....
Salvador, 26 de Maio de 2022
Em Teste da da verdade
ALEXANDRE SIMPLICIO GONÇALVES DA CUNHA -
ESCREVENTE
Selo 1606 AE468038-7 e 1606 AE468039-5
Consulte o selo: www.tjba.jus.br/autenticidade
Emol R\$5,78 - Taxas R\$6,22 - Total R\$12,00



CARTEIRO CAITZANI - TABELIONATO B - OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de
ANTONIO CAMOZZATO.....
BRUNO CAMOZZATO.....
MARIA CAROLINA SOUZA CAMOZZATO.....
Salvador, 25 de Maio de 2022
Em Teste da da Verdade
JACINTO DE SOUSA SILVA
ESCREVENTE
Selo: 1503 AB00016-1, 1508 AB902962-0 e
1508 AB008913-B - Valor: R\$ 18,00
Consulte em: www.tjba.jus.br/autenticidade



Junta Comercial do Estado da Bahia

14/06/2022

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022

Protocolo 225855453 de 31/05/2022

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE



ASSINADO DIGITALMENTE POR: 86159902555-ANA BEATRIZ MIGUEL HESS

Eu **ANA BEATRIZ MIGUEL HESS** com inscrição ativa na OAB/BA sob o nº 71.332, inscrita no CPF nº 861.599.025-55, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, realizada em 25 de maio de 2022 (10 páginas); e
2. Documentos auxiliares:
 - a. Petição de esclarecimentos e anexos (21 páginas);
 - b. Documento Básico de Entrada sob Protocolo Redesim BAN2224475323 (1 página);
 - c. CNH Digital de Marcelo da Costa e Silva Franco, nº 01894090229 (1 página);
 - d. Cópia do RG de Rafael Costa Meireles, nº 06.355.520-43 (2 páginas); e
 - e. Certidão de Inscrição de Advogado sob o nº 71.332 (1 página).

Salvador, 31 de maio de 2022

ANA BEATRIZ MIGUEL HESS
OAB/BA 71.332
(assinado digitalmente)

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98202528 em 14/06/2022
Protocolo 225855453 de 31/05/2022.

Nome da empresa EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA NIRE 29203826102

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 118421725153390

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2022
por Tiana Regia M G de Araújo - Secretária-Geral

14/06/2022





225855453

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	EBISA - ENGENHARIA BRASILEIRA INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA
PROTOCOLO	225855453 - 31/05/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

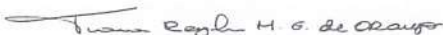
NIRE 29203826102
CNPJ 15.137.680/0001-67
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/06/2022
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98202528 DE 14/06/2022 DATA AUTENTICAÇÃO 14/06/2022

EVENTOS

021 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98202528

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

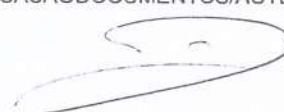
Cpf: 86139902555 - ANA BEATRIZ MIGUEL HESS - Assinado em 31/05/2022 às 22:27:30



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO NELLO

NÃO PLASTIFICAR



TOLEGAR DIREITO

Paulo Carlos de Lima

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TRABALHO, SAÚDE E BEM-ESTAR

[Handwritten signature]

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

06.355.520-43

02-05-2013

DATA DE EXPEDIÇÃO

RAFAEL COSTA MEIRELES

WANDERLEY CANDIDO MEIRELES

WALDEVINA COSTA MEIRELES

NATURALIDADE

CANTAGALO RJ

DATA DE NASCIMENTO

17-11-1975

DOC ORIGEM

C.CAS. CM SALVADOR BA DS
SÉ LV BAUX17 FL 106 RT 5923
900.978.905-53

Travilda M.ª de Oliveira fuz.

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração
Carteira de Identidade Profissional



Registro

CRA/BA

Nº 6203

Data do Registro

08/03/1996

1ª VIA

Nome

MARCELO DA COSTA E SILVA FRANCO

Assinatura do Portador

Marcelo da Costa e Silva Franco

Nacionalidade

BRASILEIRA

Naturalidade

SALVADOR/BA

Data de Nascimento

22/07/1973

RG

0580693481

Órgão Expedidor

SSP/BA

Expedição do RG

21/08/1997

CPF

770129335-34

Filiação

ANTONIO CARLOS TEIXEIRA FRANCO

SIMONE TEREZA TEIXEIRA DA COSTA E SILVA FRANCO

Diplomado por

UCSAL

Registro MEC N°

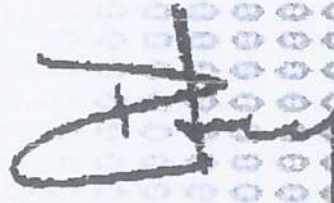
24809

Identidade profissional de **ADMINISTRADOR**, habilitado na forma da alínea **a** do
Art. 3º, da Lei 4.769 de 09/09/65.

Válida em todo o Território Nacional - Lei 6.206/75

Salvador(BA), 03/05/2005

Local e Data de Expedição


Presidente do CRA/BA